

# **Perspectivas** *Econômicas*

*Volume 3 Revista Eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos Número 3*

---

---

## **A PROPRIEDADE INTELECTUAL NO MERCADO MUNDIAL**

**PROTEGENDO OS DIREITOS À PROPRIEDADE INTELECTUAL  
NA ECONOMIA GLOBAL**

**O DESAFIO DO COPYRIGHT NA ERA DIGITAL**

**PROPRIEDADE INTELECTUAL NOS PAÍSES EM  
DESENVOLVIMENTO**

---

---

**Maio de 1998**

**ÍNDICE**  
**A PROPRIEDADE INTELECTUAL NO MERCADO MUNDIAL**

O advento da economia global e o crescimento explosivo da tecnologia digital e da Internet tiveram implicações significativas quanto à proteção da propriedade intelectual nos Estados Unidos e no mundo inteiro.

Embora a adoção de novas normas globais de proteção da propriedade intelectual e do cumprimento dessas normas sob a égide da World Trade Organization (Organização Mundial do Comércio) tragam a promessa de uma era de melhoria na observância das leis de copyright, patentes, e marcas comerciais, a comunidade internacional está sendo desafiada por uma onda de pirataria que se torna possível devido à facilidade de reproduzir trabalhos protegidos nesta era digital. Há muita coisa - cada vez mais, na verdade - em jogo, quando falamos em ter um regime eficaz de direitos à propriedade intelectual. O próprio futuro do comércio eletrônico, e outras tendências de vanguarda no mercado global, dependem da saúde e do bem-estar das indústrias baseadas no conhecimento- indústrias que são as mais sensíveis a perdas devido à pirataria e ao não cumprimento da legislação.

Esta edição de PERSPECTIVAS ECONÔMICAS explora essas tendências contraditórias. A revista discute os mais recentes desafios aos direitos à propriedade intelectual e como os Estados Unidos, outros países, e organizações multilaterais como a World Intellectual Property Organization [Organização Mundial de Proteção à Propriedade Intelectual] estão reagindo. A edição analisa a atual situação da proteção à propriedade intelectual nos países em desenvolvimento, e descreve tanto os desafios que esses países enfrentam quanto os benefícios em potencial que os padrões mais altos de propriedade intelectual poderão trazer para eles em termos de desenvolvimento econômico.

□ **ÊNFASE**

**PROTEGENDO A PROPRIEDADE INTELECTUAL EM UMA ECONOMIA GLOBAL** **5**

*Bruce A. Lehman, Secretário - Assistente do Comércio e Comissário de Patentes e Marcas Comerciais*

O advento das redes globais de comunicações – e o rápido crescimento do comércio eletrônico que o acompanhou – requer que planejem novas maneiras de proteger os direitos à propriedade intelectual no século XXI. Com certeza, essas questões não podem ser resolvidas sem a cooperação internacional.

**O DESAFIO DO COPYRIGHT NA ERA DIGITAL** **9**

*Marybeth Peters, Oficial de Registros de Copyright, Escritório de Copyright dos Estados Unidos, Biblioteca do Congresso [Register of Copyrights, United States Copyright Office, Library of Congress]*

O progresso das tecnologias digitais está apresentando novos desafios para a legislação nacional e internacional de copyright. No entanto, essas mudanças devem ser administradas pelo setor privado de modo a não sufocar a criatividade e a inovação neste campo onde as mudanças ocorrem tão rapidamente.

**A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ERA TRIPS** **14**

*Entrevista com Joseph Papovich e Claude Burcky, Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos.*

Os Estados Unidos estão insistindo para que os países em desenvolvimento se preparem agora para cumprir suas obrigações em conformidade com o Acordo (multilateral) Sobre os Aspectos dos Direitos à Propriedade Intelectual Referentes ao Comércio [Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights] (TRIPS).

## □ **COMENTÁRIO**

### **A PROPRIEDADE INTELECTUAL E O MERCADO GLOBAL: UMA DISCUSSÃO**

**18**

*Uma mesa redonda com Deborah Hurley, Eric H. Smith, Robert Sherwood, e Peter Fowler*

Quais são os desafios relacionados à promoção da propriedade intelectual na economia global de hoje? De que maneira a equação está mudando para os países em desenvolvimento e as economias emergentes no limiar do novo século? Que impacto a era digital está tendo nas abordagens tradicionais para a proteção de propriedade intelectual? Um painel de peritos em propriedade intelectual oferece perspectivas diferentes sobre essas e outras questões.

### **PROPRIEDADE INTELECTUAL NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

**27**

*Informações da linha de frente da proteção da propriedade intelectual em cinco países em desenvolvimento: Benin, Madagascar, Paquistão, Sri Lanka, Vietnã.*

Judith Saffer: "Os criadores locais precisam ser recompensados economicamente e devem ter a garantia de que haverá proteção para suas criações."

Salli Swartz: "Foi difícil convencer os funcionários dos governos com os quais eu falei, da urgência de se tomar providências para garantir o respeito aos direitos à propriedade intelectual."

Karl Jorda: "É muito mais fácil fazer a transferência de tecnologia, o licenciamento e os investimentos funcionarem quando há fortes proteções de patentes e copyright sendo aplicadas."

Ralph Oman: "Em um ambiente de forte proteção de copyright, a música, a literatura, a arte e as ciências podem florescer."

Steven Robinson: "Agora que os direitos à propriedade intelectual estão tendo maior impacto econômico, temos razões para crer que um consenso para as reformas políticas, administrativas, e legais necessárias para melhorar o cumprimento das normas se desenvolverá."

## □ **FATOS E NÚMEROS**

### **A MEDIDA ESPECIAL 301 DOS ESTADOS UNIDOS**

**34**

### **LEGISLAÇÃO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL PERANTE O CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS**

**36**

## □ **FONTES DE INFORMAÇÃO**

### **PRINCIPAIS CONTATOS E SITES NA INTERNET**

**38**

### **MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA SOBRE A PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**40**

### **GLOSSÁRIO DE TERMOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**42**

---

---

# PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

---

Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos

Volume 3, Número 3, Maio de 1998

---

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As revistas – Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda de Política Externa dos EUA, e Sociedade & Valores dos EUA – apresentam análises, comentários e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas. Todos os números são publicados em inglês, francês e espanhol, e alguns números são publicados em árabe, português e russo. As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões e políticas do governo dos Estados Unidos. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos a não ser que haja restrições de copyright mencionadas em alguma parte dos artigos.

Números atuais ou atrasados das revistas podem ser encontrados no site do Serviço de Informações dos Estados Unidos – na Home Page do U.S. Information Service (USIS) no seguinte endereço: <http://www.usia.gov/journals/journals.htm> As revistas se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o download e a impressão. Comentários são bem-vindos no seu escritório local do USIS ou nos escritórios editoriais:

Editor, Economic Perspectives  
Economic Security - I/TES  
U.S. Information Agency  
301 4th Street, S.W.  
Washington, D.C. 20547  
United States of America  
E-mail: [ejecon@usia.gov](mailto:ejecon@usia.gov)

---

Jornalista Responsável.....	Judith Siegel	.....	Warner Rose
Editor.....	Mark Taplin	.....	Jon Schaffer
Editores Executivos.....	Howard Shapiro	.....	Charlotte Titus
.....	Mark Taplin		
Editor Associado.....	Wayne Hall	Assistente de Artes Gráficas.....	Joseph Hockersmith
Colaboradores.....	Eileen Deegan	Diretora de Arte.....	Sylvia Scott
.....	Kathleen Hug	Conselho Editorial.....	Howard Cincotta
.....	Stephen LaRocque	.....	Dave Hamill
.....	Martin Manning	.....	Judith Siegel
.....	Bruce Odessey		

---

Agência de Informações dos Estados Unidos  
Escritório de Informações  
Maio de 1998

## □ PROTEGENDO A PROPRIEDADE INTELECTUAL EM UMA ECONOMIA GLOBAL

---

*Bruce A. Lehman, Secretário-Assistente do Comércio e Comissário de Patentes e Marcas Comerciais*

*O crescimento global da Internet apresenta novos desafios para os esforços para salvaguardar os direitos dos produtores de propriedade intelectual. Embora a emissão de patentes possa ser facilitada pelas novas redes eletrônicas globais, as proteções das marcas comerciais precisam se estender à Internet, e há sérias questões envolvendo os materiais impressos e visuais protegidos por copyright, diz Bruce Lehman, secretário-assistente do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e chefe do Escritório de Patentes e Marcas Comerciais daquele departamento. As proteções do copyright estão sendo ameaçadas pela facilidade de reprodução e distribuição mundial, e pelo argumento de que as leis de copyright não devem valer no espaço cibernético.*

---

O advento das redes de comunicação de alcance mundial – em conjunto com o rápido crescimento do comércio eletrônico – requer reflexão e planejamento no que se refere a novos meios de proteger os direitos à propriedade intelectual, se quisermos evitar grandes problemas no século XXI. Com certeza, essas questões só podem ser resolvidas se houver cooperação internacional.

Na economia global da atualidade, estamos progredindo muito na proteção de copyright, marcas comerciais, e patentes. Somos obrigados a fazer esses progressos e a fazê-los rapidamente. Nosso mundo analógico se tornou digital. A tecnologia digital e a Internet estão sendo recebidas com tanto entusiasmo nas nossas vidas quanto as máquinas de escrever e as fotocopiadoras foram, no seu tempo. No entanto, temos que atualizar as leis de copyright para poder proteger as obras literárias e artísticas distribuídas pela Internet a partir de cópias não autorizadas. Da mesma forma, devemos coordenar as leis que regem a Internet com a lei de marcas comerciais, para que as marcas registradas sejam protegidas contra o uso não autorizado em nomes de domínio. E devemos progredir a partir de nossas leis de patentes, que já são rigorosas, para promover o progresso tecnológico.

Um estudo recente feito pela International

Telecommunications Union (ITU) [União Internacional de Telecomunicações] revela que até o ano 2001, 112 milhões de computadores “host” estarão conectados ao sistema global de informações, em comparação com 16.1 milhões em 1996. O mesmo estudo prevê que as vendas on-line crescerão de US\$ 14,000 milhões para US\$ 57,000 milhões até 2001. A maior parte dessas conexões será feita nos países desenvolvidos, mas as economias em rápido crescimento na América Latina, Ásia, e partes da África também estão tendo altos índices de expansão. O comércio eletrônico está crescendo rapidamente, e precisamos tratar das importantes questões legais que ele apresenta para garantir que o crescimento previsto pela ITU realmente aconteça.

Novas questões referentes a patentes, marcas comerciais e copyright surgem neste novo ambiente e têm conseqüências, tanto domésticas quanto internacionais.

### **PATENTES**

O U.S. Patent and Trademark Office [Escritório de Patentes e Marcas Comerciais dos Estados Unidos] (PTO) considera a Internet menos um desafio do que uma ferramenta útil para administrar o rápido crescimento dos pedidos de patentes. Nos Estados Unidos, o número de pedidos registrados de patentes está aumentando em mais de 5 por cento ao ano – ou em cerca de 10.000 registros a cada ano. No futuro, o simples fato de aumentar o número de nossos funcionários ou fazer com que a nossa equipe funcione de maneira mais eficiente, como foi feito no passado, não será uma solução realista para atender ao aumento na carga de trabalho.

O número de registros de patentes está aumentando em muitos países no mundo inteiro. Para enfrentar este aumento da utilização do sistema internacional de propriedade intelectual, os Estados Unidos propuseram que a World Intellectual Property Organization (WIPO) [Organização Mundial de Propriedade Intelectual]

promova o uso mais intenso de tecnologias de informação nos países-membros da WIPO e no Escritório Internacional da WIPO, com o objetivo de criar uma rede global segura que conecte os escritórios de propriedade intelectual por meio de comunicações rápidas, econômicas e seguras. O objetivo deste esforço, a longo prazo, será um processo de exame e concessão de patentes mais integrado, em nível mundial. Essa será a maneira mais eficiente de lidar com os níveis cada vez maiores de registros de pedidos de patentes. No que diz respeito às marcas comerciais, uma rede desse tipo poderia permitir o registro eletrônico de pedidos de marcas comerciais dentro do sistema de Madri de registro internacional de marcas comerciais, o intercâmbio de bancos de dados de marcas comerciais, e o registro de pedidos de emblemas protegidos de estados.

## **MARCAS COMERCIAIS**

Para compreender o impacto da informática na proteção de marcas comerciais, basta ver o rápido crescimento da Internet e os problemas associados a esse crescimento, como as atividades dos “invasores do espaço cibernético” e dos “piratas do espaço cibernético” que têm roubado marcas comerciais, registrado as mesmas como nomes de domínio e exigido pagamento dos proprietários legítimos das marcas comerciais antes de abrir mão de quaisquer direitos.

O Escritório de Patentes e Marcas Comerciais está tratando ativamente de certas questões sobre marcas comerciais em relação à Internet, incluindo o relacionamento entre o registro de nomes de domínio e a proteção de marcas comerciais. Na condição de membro de um comitê inter-governamental – liderado pelo Departamento de Comércio – o PTO está trabalhando para desenvolver um plano adequado de transição para o registro de nomes de domínio na Internet. Muitos proprietários de marcas comerciais não estão satisfeitos com o sistema atual e estão muito preocupados com a proteção de marcas comerciais na Internet. No dia 30 de setembro, o acordo de cooperação sob o qual a Network Solutions, Inc., a atual entidade responsável pelos registros, administra o registro de nomes de domínios, deixará de vigorar. Temos pouco tempo para tomar decisões importantes a respeito de um novo sistema.

Em fevereiro, o Departamento de Comércio publicou um relatório sobre a administração da Internet que descreve a maneira pela qual o governo dos Estados Unidos transferirá o gerenciamento do espaço dos domínios na

Internet para uma organização privada, sem fins lucrativos. Há tempos se observa que a necessidade de mudanças nesse sistema é óbvia. Tem havido uma insatisfação generalizada sobre a falta de concorrência no espaço dos domínios, especialmente na categoria de domínios “.com”. Uma proliferação de processos judiciais levanta a possibilidade de um caos, se os tribunais em partes diferentes do mundo aplicarem leis antimonopólio e leis de propriedade intelectual diferentes às disputas que ocorrerem. Os atuais mecanismos de resolução de disputas sobre nomes de domínio e de marcas comerciais são complicados e caros. No momento em que a Internet se torna cada vez mais importante como recurso de negócios – e um número maior dos participantes e interessados na Internet reside fora dos Estados Unidos – é crucial que ela seja gerenciada de forma profissional e responsável. Queremos ver um sistema que tornará o comércio eletrônico mais favorável às marcas comerciais, e portanto mais amigável em relação ao consumidor.

O governo dos Estados Unidos quer terminar a sua gestão da Internet de uma forma responsável. Isso significa elaborar um plano para uma transição estável para um órgão que possa assumir essa tarefa. A proposta é a criação de uma organização sem fins lucrativos baseada nos Estados Unidos, que estabeleça políticas em questões como a atribuição de números de protocolo na Internet, a operação do servidor-raiz, desenvolvimento de protocolos técnicos, e o estabelecimento de domínios de nível superior para substituir ou acrescentar aos que já existem, “.com”, “.edu”, “.org”, assim como os domínios de nível superior baseados em países. O conselho de administração dessa entidade será formado por representantes de organizações relacionadas com a Internet e da comunidade de usuários. Os processos da nova entidade devem ser justos, abertos e devem favorecer a concorrência; seus processos decisórios devem ser abertos e transparentes. Ela deve funcionar como um órgão que estabelece padrões.

Além disso, estamos em uma rara “esquina do tempo” no mundo da proteção da propriedade intelectual. Em grande parte devido aos acordos da Organização Mundial do Comércio, os países estão melhorando rapidamente e, em alguns casos, estabelecendo sistemas de proteção da propriedade intelectual. Essa situação nos dá grandes oportunidades e desafios no momento em que tentamos nos beneficiar ao máximo da revolução nas tecnologias de informação.

## **COPYRIGHTS**

A lei moderna do copyright é a criatura da mudança tecnológica – dos tipos móveis de Gutenberg até os gravadores digitais de áudio, e todas as etapas entre esses dois extremos. Atualmente, as tecnologias da informação – hardware e software, e as tecnologias de comunicação, como cabos e satélites, estão se unindo e causando um enorme impacto na maneira pela qual as obras protegidas pelo copyright são criadas, reproduzidas, e divulgadas.

A tecnologia digital não é o primeiro, e provavelmente não será o último, desafio à habilidade dos proprietários dos direitos autorais de autorizar ou proibir a reprodução, adaptação, distribuição, exposição em público, e execução das suas obras. No entanto, a combinação do progresso na tecnologia digital com o rápido desenvolvimento das redes eletrônicas e outras tecnologias de comunicação colocou uma quantidade muito maior de interesses em jogo. Qualquer obra bidimensional pode ser “digitalizada” – traduzida em uma série de “zeros” e “uns” que formam os códigos digitais. Em seguida a obra pode ser armazenada e usada nesse formato digital. Isso aumenta dramaticamente a facilidade e a velocidade com as quais ela pode ser copiada, a qualidade das cópias, a capacidade de se manipular e modificar o trabalho, e a velocidade à qual cópias – autorizadas ou não – podem ser “distribuídas” ao público.

As obras podem também ser combinadas facilmente em um único meio, como um CD-ROM. Isto está causando o aparecimento de uma zona de indefinição entre os tipos de obras. Todos concordam que um CD-ROM multimídia interativo com texto, sons, e além disso, com imagens que se movem, é uma obra, mas é uma obra literária, ou uma obra áudio-visual ou será uma outra coisa completamente diferente? As respostas a esta pergunta influenciarão a disponibilidade da proteção internacionalmente.

Sistemas de informação eletrônica de alta velocidade e grande capacidade – as infovias – fazem com que um indivíduo possa, com poucos toques em um teclado, distribuir cópias perfeitas de obras digitalizadas para dezenas de outros indivíduos virtualmente em qualquer lugar do mundo. Os usuários podem enviar ou “colocar” uma cópia em um “bulletin board” (BBS) ou outro serviço, onde milhares e milhares de indivíduos podem recebê-la – ou fazer um número ilimitado de cópias em papel ou em disco. Essa convergência das tecnologias de informação e comunicação está mudando rapidamente a maneira pela qual as pessoas e as empresas lidam com

produtos e serviços de informação, e como as obras são criadas, possuídas, distribuídas, reproduzidas, exibidas, executadas, licenciadas, administradas, apresentadas, organizadas, vendidas, acessadas, usadas e armazenadas.

A comunidade internacional compreendeu bem a sua obrigação de encontrar uma solução para lidar com este potencial para a prática da pirataria global em massa. Essa solução, que demorou alguns anos para surgir, é apresentada pelo Tratado de Direitos Autorais e o Tratado de Apresentações e Fonogramas do WIPO, ambos concluídos em dezembro de 1996. Esses tratados, que facilitarão muito as aplicações comerciais das comunicações on-line, foram apresentados ao Senado dos Estados Unidos em julho de 1997 para ratificação. Esses tratados, em conjunto com a legislação de implementação, estão, no momento, tramitando no Congresso.

Tratando das mesmas questões, mas adotando uma abordagem sem dúvida diferente, o senador John Ashcroft, de Missouri, apresentou uma legislação que trata das questões de copyright surgidas em função da Internet e da tecnologia digital, procurando esclarecer a responsabilidade civil em caso de infração dos direitos autorais. Sua legislação preveria um procedimento de registro de notificação para lidar com material em desacordo com a lei; ela preveria uma norma baseada na conduta para evitar que a lei fosse burlada; e trataria de questões envolvendo a utilização razoável, o aprendizado à distância, as cópias efêmeras, e as cópias para bibliotecas. Enquanto isso, os provedores de serviços on-line afirmam que qualquer projeto de implementação final dos dois tratados deve conter provisões que limitem e esclareçam a sua responsabilidade civil em potencial pela infração dos direitos autorais.

O governo Clinton acredita que implementação de tratados e responsabilidade civil são questões separadas e que não há nada nos dois tratados que determine que o Congresso trate, especificamente, da questão da responsabilidade civil. No entanto, estamos satisfeitos em ver que essas duas questões estão sendo tratadas simultaneamente, desde que a consideração da questão da responsabilidade civil não prejudique a consideração imediata e/ou a aprovação da legislação de implementação. Quanto mais cedo os tratados entrarem em vigor, melhor será para todos nós.

No entanto, a cooperação não deve terminar com a entrada dos tratados em vigor. Com o rápido crescimento

da Internet, percebemos que as obras podem ser divulgadas de qualquer país do mundo para qualquer outro país do mundo à velocidade da luz. Embora não deva haver barreiras quanto à divulgação, poderia haver barreiras para fazer valer os direitos autorais se os países não implementarem esses tratados. Devido ao progresso tecnológico, é concebível – e até provável – que um regime legal complacente em um país possa proporcionar um refúgio para piratas que poderiam comprometer o mercado de “mercadorias” legítimas no mundo inteiro. Portanto, é imperativo que as indústrias e os governos no mundo inteiro participem do trabalho que ainda precisa ser feito para que os princípios incorporados aos tratados sejam postos em prática.

### **A QUESTÃO DA “UTILIZAÇÃO RAZOÁVEL”**

No que diz respeito à questão da “utilização razoável” de obras protegidas por copyright, ambos os tratados contêm disposições que permitem que os países-membros admitam exceções aos direitos em alguns casos especiais, que não interfiram com uma exploração normal da obra e que - nos limites do razoável - não sejam prejudiciais aos legítimos interesses do autor.

As notas explicativas dos tratamentos deixam claro que essas disposições “permitem que os signatários executem e ampliem de maneira adequada, no ambiente digital, limitações e exceções das suas leis nacionais que tenham sido consideradas aceitáveis de acordo com a Convenção de Berna.”

Todas essas mudanças representam extensões práticas das leis de direito autoral na arena internacional, para que se possa lidar com a realidade eletrônica. Ainda há pessoas que pretendem aproveitar essa oportunidade para comprometer o equilíbrio necessário para o funcionamento do nosso sistema de copyright. O veículo para este ataque é uma visão revisionista, nos Estados Unidos, da utilização razoável como direito constitucional. A mantra dessas pessoas é que a utilização razoável deve ser estendida e que tudo na Internet deve ser gratuito. No entanto, utilização razoável não quer dizer, de forma alguma, utilização gratuita.

O que está em jogo nessa discussão sobre a utilização razoável é a própria preservação do incentivo para que os autores criem novas obras e para que os empreendedores e empresas baseadas em informação obtenham lucros a partir das expressões criativas da mente – um incentivo baseado na Constituição dos Estados Unidos. A alvorada

da era digital não é o momento para se discutir novamente o direito de tirar a propriedade e meio de vida de outras pessoas sem compensação. O que estamos vendo hoje, sob alguns aspectos, é na prática, uma tentativa de estabelecer um novo regime radical que coloca a utilização razoável acima dos direitos à propriedade intelectual.

Alguns aspectos da nossa lei de copyright precisarão ser ajustados à luz das realidades das novas tecnologias. Mas isso sempre foi assim. O que é diferente e mais ameaçador é a tentativa de dar nova forma ao debate em termos “contra” a propriedade, como se a proteção ao copyright fosse um incômodo maligno que pudesse e devesse ser banido do espaço cibernético.

A falácia disso é que só porque tanta coisa pode ser colocada à disposição na infra-estrutura de informação, isso não significa que estará à disposição, na ausência das proteções adequadas para os autores e provedores de tais obras. Não devemos perder de vista os benefícios à sociedade e à criatividade que fluem quando se mantém um equilíbrio justo entre as proteções dadas aos proprietários dos direitos autorais e as utilizações permitidas das obras protegidas por copyright para educação, instrução, e pesquisa. Qualquer desequilíbrio que favoreça um grupo em detrimento de outro destruirá o delicado equilíbrio conseguido na lei de copyright e colocará em risco a criatividade e a inovação. A Internet é a soma das suas partes, e se quisermos que ela seja algo mais do que uma caixa postal mundial e um sistema de mensagens com anúncios e informações de domínio público, só temos uma opção – precisamos ter uma forte proteção aos direitos autorais. □

---

---

## ❏ O DESAFIO DO COPYRIGHT NA ERA DIGITAL

---

*Marybeth Peters, Oficial de Registros de Copyright, Escritório de Copyright dos Estados Unidos, Biblioteca do Congresso*

*Os avanços nas tecnologias digitais estão apresentando novos desafios para as leis nacionais e internacionais de copyright, declara Marybeth Peters, chefe do Escritório de Copyright dos Estados Unidos, na Biblioteca do Congresso. No entanto, Peters avisa que a regulamentação deve ser administrada pelo setor privado, para não sufocar a criatividade e nem a inovação neste campo em que as mudanças ocorrem tão rapidamente.*

---

### O PROGRESSO NAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Desde que foi criada, a legislação de copyright tem reagido às mudanças tecnológicas. As mudanças que estão ocupando o maior espaço na mídia atualmente se referem à tecnologia digital e às redes digitais de comunicação. As questões, com certeza, são desafiadoras e temos motivos de sobra para chamá-las de “novas” ou “únicas”. Mas ao mesmo tempo, elas são apenas um passo em uma jornada de adaptação contínua e bem-sucedida que caracteriza a história da legislação de copyright. Esse artigo analisa algumas das questões digitais com as quais a legislação de copyright se defronta atualmente.

### Características da Tecnologias Digitais Com Implicações na Área de Copyright

As tecnologias que, no momento, estão levantando questões quanto à legislação de copyright, são aquelas referentes ao armazenamento e à transmissão digital de obras. Há vários aspectos dessas tecnologias que apresentam implicações quanto à legislação de copyright, incluindo as que se seguem.

- **Facilidade e Onipresença de Reprodução:** Uma vez apresentada de forma digital, uma obra pode ser reproduzida rapidamente, a baixo custo, e sem nenhuma perda de qualidade. Cada cópia, por sua vez, pode ser reproduzida novamente, sem que haja nenhuma perda de qualidade. Dessa forma, uma única cópia de uma obra em forma digital pode suprir as necessidades de inúmeros usuários.

Além das reproduções intencionais, a tecnologia digital cria o fenômeno das cópias incidentais onipresentes. Uma das qualidades inerentes à tecnologia digital é que muitas das atividades que ocorrem no mundo das cópias em papel e transmissões analógicas implicam necessariamente fazer cópias temporárias, incidentais. Por exemplo, a visualização de um documento eletrônico requer, pelo menos, que uma cópia temporária da obra seja feita na memória de acesso aleatório (RAM) do computador que está sendo usado. No contexto de programas de computador, considera-se que essas cópias têm implicações sobre o direito de reprodução.

Da mesma forma, as transmissões digitais de obras por meio de redes fazem com que seja necessário fazer cópias temporárias. O trabalho é reproduzido na RAM do computador que está transmitindo antes de ser dividido em pacotes de informações binárias e enviado pela rede. À medida que os pacotes passam pelas redes de computadores, cópias temporárias (na RAM, assim como em disco) são feitas enquanto se movem, no caminho entre a origem e o destino. Finalmente, uma cópia temporária (ou até mesmo uma cópia permanente) é feita no computador que recebe a mensagem. Todas essas reproduções, em geral, são feitas automaticamente e de maneira transparente para o usuário, e muitas somente persistem enquanto a atividade está ocorrendo.

- **Facilidade de Disseminação:** O advento das redes digitais globais permite a disseminação rápida, em âmbito mundial, de obras sob a forma digital. Assim como a transmissão de rádio ou televisão, as redes digitais permitem a disseminação para muitos indivíduos a partir de um único ponto (embora, ao contrário do que ocorre com as transmissões de rádio e televisão, os materiais digitalizados não precisem chegar a todos os indivíduos ao mesmo tempo). Ao contrário do que acontece com as transmissões de rádio e televisão, no entanto, as redes digitais permitem que cada destinatário, por sua vez, dissemine a obra ainda mais, o que pode fazer com que esta seja divulgada em proporção geométrica. Este fato, combinado à facilidade de reprodução de obras, significa que uma única cópia digital de uma obra pode ser

multiplicada muitas milhares de vezes no mundo inteiro em poucas horas.

• **Concentração de Valor:** O armazenamento digital é denso, e fica mais denso a cada ano que passa. Quantidades cada vez maiores de material podem ser armazenadas em um único meio físico. Discos compactos, que podem armazenar mais de 6000 megabytes de dados, são usados por piratas comerciais para armazenar bibliotecas inteiras de programas de computador com um valor agregado de venda no varejo na casa dos milhares de dólares. E mesmo assim a tecnologia de discos compactos (CD) pode ser, em breve, suplantada (ou pelo menos complementada) pelo formato de disco de vídeo digital (DVD), muito mais denso.

### **Novas Formas de Exploração**

Alguns dos desafios mais difíceis apresentados pela nova tecnologia são aqueles que permitem novas maneiras de explorar as obras protegidas pelos direitos autorais. No entanto, eles não são apenas desafios de política pública. Novas formas de exploração têm, periodicamente, desestruturado acordos comerciais preexistentes. Isso é comum, por exemplo, nos casos em que não está claro se uma licença preexistente de um autor ou proprietário de copyright concede direitos de explorar uma obra sob formas que não existiam quando a licença foi concedida. Esta é uma questão difícil que já surgiu muitas vezes neste século, com o advento do rádio, da televisão, do videocassete, e outras tecnologias. Mas não se trata, necessariamente, de uma questão de política pública que requeira intervenção do governo. Nos Estados Unidos, tais questões, de modo geral, têm sido resolvidas no mercado e – em caso de disputas entre as partes – nos tribunais.

Isso não significa dizer que o surgimento de novas tecnologias para a exploração de obras com copyright não gerou a necessidade de se criar leis. O advento dos dispositivos digitais de gravação de áudio, por exemplo, fez com que as obras armazenadas em CDs se tornassem vulneráveis a cópias perfeitas, de geração múltipla (em série), tanto particularmente quanto em escala comercial. Nos Estados Unidos, foi necessário preservar os direitos exclusivos de reprodução dos proprietários dos direitos autorais e cobrar um tributo sobre os dispositivos e as fitas virgens para compensar os proprietários dos direitos por uma quantidade inevitável de cópias piratas.

Portanto, um dos desafios enfrentados pelas pessoas

encarregadas de elaborar políticas, com o advento de novas tecnologias, é determinar se é possível deixar que o mercado resolva as questões levantadas pela tecnologia.

### **TEMAS COMUNS**

Vários temas comuns podem ser identificados na abordagem que a legislação de copyright adotou em relação às mudanças tecnológicas no passado.

#### **Abrangência de Novas Formas de Expressão**

Repetidas vezes nos últimos dois séculos, a questão do copyright passou a abranger novas formas de criação. A fotografia, o cinema, os bancos de dados eletrônicos, e os programas de computador são alguns exemplos. Em cada caso, as pessoas encarregadas da elaboração das políticas, mais cedo ou mais tarde, conseguiram enxergar além daquela tecnologia ou meio de expressão em particular e reconhecer o fio condutor da criação que passa por toda a questão dos direitos autorais.

#### **Manutenção da Estrutura dos Direitos Exclusivos**

A Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas [Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works], a principal convenção internacional sobre o copyright, articula o princípio de que a concessão de direitos exclusivos aos autores promove a criatividade literária e artística e que isso beneficia o público. Este mesmo princípio é reconhecido em uma disposição da Constituição dos Estados Unidos que autoriza o Congresso a conceder direitos autorais exclusivos “Para Promover o Progresso da Ciência e das Artes Utilitárias.” Como as novas tecnologias expandiram os meios pelos quais as obras podem ser exploradas, as pessoas encarregadas da elaboração das políticas têm tido, periodicamente, que reexaminar os direitos exclusivos concedidos aos autores de acordo com a lei dos direitos autorais, para garantir que os autores e os proprietários dos direitos continuem a exercer controle exclusivo sobre as suas obras.

Em algumas ocasiões tem sido necessário interpretar os direitos existentes de maneira mais ampla. Nos Estados Unidos, por exemplo, um direito existente de fazer apresentações em público foi interpretado de modo a incluir transmissões de rádio e televisão. Em outras ocasiões, novos direitos foram acrescentados ao conjunto dos direitos autorais, como ocorreu quando os direitos de

comunicação ao público forem acrescidos à Convenção de Berna, devido ao advento do rádio.

Ao mesmo tempo, os legisladores tiveram que examinar a natureza e a abrangência das exceções dos direitos exclusivos. Por exemplo, as isenções limitadas para a reprodução de programas de computador, contidas na seção 117 do U.S. Copyright Act (Lei dos Direitos Autorais nos Estados Unidos) foram consideradas uma maneira apropriada de adaptar os direitos exclusivos às necessidades daquela tecnologia, mais precisamente, a necessidade de fazer cópias durante o uso autorizado e a necessidade de fazer cópias de reserva para o caso de falha mecânica ou exclusão acidental.

### **Soluções Orientadas pelo Mercado**

Um direito exclusivo não beneficia, necessariamente, um detentor de direitos autorais se as ineficiências do mercado tornarem o exercício de tal direito impraticável. A exploração dos direitos de execução pública de obras musicais é um exemplo clássico nos Estados Unidos. Tipicamente, o valor de qualquer execução única de uma obra musical é pequeno. A classe dos usuários, que inclui as estações de rádio e televisão, restaurantes, supermercados, e similares, é muito grande. No total, o valor dessa forma de exploração é substancial, mas o custo da administração dos direitos em uma base tão grande de usuários também é muito alto.

Essa ineficiência do mercado foi, em grande parte, resolvida nos Estados Unidos por meio de uma solução familiar, orientada pelo mercado: administração coletiva do direito de execução em público. Uma abordagem similar está sendo experimentada para administrar os direitos de reprodução – fotocópias, cópias eletrônicas – com algum sucesso.

No entanto, para manter uma estrutura de direitos exclusivos, é essencial que a administração coletiva dos direitos não se torne o equivalente a um direito de remuneração equitativa. Isso requer que qualquer sistema de administração coletiva seja voluntário, não-exclusivo, e sensível às forças do mercado (incluindo as forças do mercado que resultem das mudanças tecnológicas). Todos esses três fatores indicam as entidades privadas para a administração coletiva de direitos, operando em um ambiente competitivo. Além disso, o terceiro fator sugere que a administração coletiva dos direitos deve ser descentralizada para levar em consideração as condições diferentes de mercado em países diferentes.

Outra abordagem para as supostas ineficiências do mercado tem sido o licenciamento compulsório. No entanto, a imposição de uma licença compulsória pode ter um preço alto para a sociedade. Primeiro, uma licença compulsória é um desvio significativo da norma de direitos exclusivos. Segundo, uma licença compulsória pode causar distorções significativas no mercado, pois ela serve para controlar preços, tanto diretamente pelos mecanismos de definição de taxas de royalties, quanto indiretamente pelo controle da oferta. Terceiro, uma vez que uma licença compulsória é estabelecida, uma rede de interesses de confiança se forma em função dela, tornando-a extremamente difícil de eliminar mesmo depois que as condições que justificaram a sua adoção deixarem de existir.

Por todos esses motivos, as licenças compulsórias não são permitidas com frequência pela Convenção de Berna e devem ser abordadas com cautela no nível nacional. A falha do mercado, como a existência de um monopólio natural no mercado, pode ser uma justificativa para o uso de uma licença compulsória.

## **DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS**

### **Manutenção da Estrutura dos Direitos Exclusivos**

Por causa do grau ao qual os avanços na tecnologia digital têm facilitado a reprodução rápida e generalizada, e a divulgação de obras, recentemente tem-se considerado muito a necessidade de ajustar a estrutura existente de direitos exclusivos para tratar das questões de novas tecnologias. A conclusão, internacionalmente, tem sido de que a estrutura existente é, de modo geral, adequada para atender às novas tecnologias e precisa de pequenas modificações em vez de uma revisão geral. Isso se reflete no alcance modesto, embora importante do novo Tratado de Copyright do WIPO [WIPO Copyright Treaty (WCT)].

- **Direito de Comunicação com o Público:** O WCT estende o direito de comunicação que existia sob a Convenção de Berna para diferentes categorias de obras, para que ele se aplique a todas as obras. Este direito de comunicação inclui o direito que os proprietários têm de controlar “a colocação à disposição do público das suas obras de forma que os membros do público possam acessar essas obras de um lugar e em um momento

individualmente escolhidos por eles.” Esse componente de “colocação à disposição” esclarece que transmissões sob demanda são uma comunicação com o público, no total (e portanto sob o controle de um proprietário), mesmo se cada indivíduo escolher o momento de explorar o trabalho.

- **Direito de Distribuição:** O WCT reconhece o direito exclusivo que um proprietário tem de distribuir a sua obra para o público por meio de venda ou de outro tipo de transferência de propriedade. Embora a Convenção de Berna não estipulasse um direito de distribuição geral para todas as categorias de obras, esse direito já era reconhecido por alguns países, incluindo os Estados Unidos.

- **Direito de Aluguel:** O WCT reconhece um direito exclusivo de aluguel (ecoando as obrigações existentes em conformidade com o acordo TRIPs) como um meio de proteger o direito de reprodução.

Ainda há uma série de questões que não foram tratadas no texto do WCT. Ainda não foi adotada uma proposta para esclarecer a extensão à qual o direito de reprodução inclui cópias temporárias (como as cópias na memória RAM) e a abrangência apropriada de isenções para tais cópias. Além disso, em conformidade com a abordagem, em geral, das convenções de copyright que deixam as questões de responsabilidade civil para as leis nacionais, o WCT não trata da responsabilidade dos pequenos prestadores de serviços que, no seu papel de intermediários, podem participar na reprodução e distribuição de material em desacordo com o tratado. No entanto, essas questões estão sendo examinadas mais detalhadamente no nível nacional. Elas certamente são assuntos atuais nos Estados Unidos – a aprovação da legislação que implementa o WCT tem sido associada, politicamente, a uma resolução legislativa da questão da responsabilidade civil do prestador de serviço e projetos de lei pendentes incluem disposições sobre essa questão.

### **Adjuntos Tecnológicos à Proteção do Copyright**

Embora o WCT, de modo geral, deixe a estrutura atual de direitos exclusivos intacta, ele contém certas disposições a respeito de adjuntos tecnológicos à proteção de copyright, que são novas na área dos acordos internacionais de copyright. Esses adjuntos têm como objetivo a continuidade do desenvolvimento de redes digitais, tornando-as um ambiente mais seguro para a

exploração de obras protegidas por copyright e facilitando a concessão de autorizações para tal exploração.

Em conformidade com o WCT, os países devem implementar recursos legais eficazes para evitar que as medidas tecnológicas usadas pelos proprietários para salvaguardar seus direitos sejam contornadas. Além disso, os países devem proporcionar recursos legais contra pessoas que excluem ou alteram informações a respeito do gerenciamento de direitos que o proprietário dos direitos tenha anexado à obra. Nos Estados Unidos, a principal mudança na lei norte-americana que foi considerada, no caso da legislação que implementa o WCT, é o acréscimo de disposições sobre os adjuntos tecnológicos à proteção do copyright.

O WCT, portanto, reconhece que os proprietários não podem contar apenas com medidas tecnológicas para proteger suas obras, porque todos os recursos técnicos podem ser sobrepujados por alguém que tenha a intenção de obter acesso a uma obra. Em outras palavras, embora a estrutura dos direitos atuais à propriedade continue a ser apropriada, o exercício prático desses direitos no contexto de novas utilizações, como aquelas na Internet, requer complementação com garantias legais de que eles possam ser tecnicamente protegidos.

### **Mercados e Gerenciamento de Direitos**

Como discutimos acima, o gerenciamento coletivo dos direitos é uma resposta do mercado às ineficiências de se licenciar, individualmente, uma grande quantidade de obras a uma grande quantidade de usuários, onde o valor de cada utilização individual é relativamente pequeno. Tradicionalmente, o ato de licenciar individualmente essas obras resultaria em custos de transação que excederiam o valor da licença.

Num primeiro momento, o gerenciamento coletivo de direitos parece ser uma abordagem atraente para essas questões, pelo menos no caso de algumas obras em redes digitais. No entanto, não se sabe até que ponto as mesmas condições se aplicariam. A infra-estrutura de informação que permite a disseminação rápida e barata de obras pode também fortalecer a capacidade dos detentores dos direitos de gerenciar os direitos individualmente. No momento, o setor privado está providenciando a criação de normas que facilitarão a localização e a recuperação de objetos digitais contendo obras, identificação do detentor dos direitos e os termos e condições de uso, e o

envio de pagamentos. O uso intensivo da automação poderia reduzir o custo de uma transação desse tipo a níveis que tornariam o gerenciamento de direitos individuais economicamente viáveis. Como solução alternativa ou adicional, essas tecnologias poderiam ser usadas dentro de uma estrutura de gerenciamento coletivo, como um complemento às licenças gerais.

No entanto, para que essas tecnologias possam atingir todo o seu potencial no mercado, deve-se permitir que elas se desenvolvam com o mínimo de interferência. A maneira de se gerenciar os direitos, seja ela coletiva, individual, ou combinações de ambas as maneiras, deve ser determinada pelas forças de mercado, e não pelos governos.

As obras em multimídia são um caso típico. Nos últimos anos têm havido sugestões de que a dificuldade na liberação de direitos pode comprometer a criação de obras em multimídia. A implicação é que os direitos devem ser gerenciados coletivamente, ou mesmo através de licenças compulsórias. Na ausência destas, no entanto, os Estados Unidos têm uma próspera indústria que está desenvolvendo obras em multimídia. Até agora, pelo menos, o mercado tem funcionado de maneira a beneficiar tanto os criadores quando os usuários. □

---

---

## ❑ A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ERA DO TRIPS

---

*Entrevista com Joseph Papovich, Assistente do Representante Comercial dos Estados Unidos Para Questões de Serviços, Investimentos e Propriedade Intelectual, e Claude Burcky, Diretor Para Questões de Propriedade Intelectual no Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos.*

*Os Estados Unidos estão insistindo para que os países em desenvolvimento se preparem agora para cumprir suas obrigações no Acordo multilateral sobre os Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos à Propriedade Intelectual [Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights] (TRIPS) quando esse acordo passar a ter efeito integral sobre eles em janeiro de 2000, segundo dois funcionários do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR). O USTR tem tido sucesso, até o momento, nos casos do TRIPS que ele apresentou junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os países em desenvolvimento aos quais o acordo já se aplica. Embora o USTR use o acordo TRIPS e procure negociar uma expansão do mesmo, eles dizem que a lei comercial Special 301 também continuará em uso.*

*Os dois funcionários são Joseph Papovich, Assistente do Representante Comercial dos Estados Unidos Para Questões de Serviços, Investimentos e Propriedade Intelectual, e Claude Burcky, Diretor Para Questões de Propriedade Intelectual. Eles fizeram esses comentários durante uma entrevista concedida no dia 5 de maio a Bruce Odessey, editor de economia da USIA.*

---

**P:** Se a pirataria é um negócio lucrativo, por que os países deveriam banir a pirataria e fazer com que sejam cumpridas as leis de propriedade intelectual?

**Papovich:** Se um governo quiser estimular o desenvolvimento das artes e das ciências no seu país, sabe-se muito bem que é necessário um forte esquema de proteção à propriedade intelectual.

Mark Twain fez uma declaração que tinha exatamente o mesmo significado, 100 anos atrás, explicando porque os Estados Unidos precisavam de uma forte proteção à propriedade intelectual. Ele disse: “Um país sem um escritório de patentes e sem uma boa lei de patentes é a mesma coisa que um caranguejo que só sabe andar para os lados ou para trás.” No final do século XIX, aparentemente, os americanos estavam copiando, mais ou

menos livremente, as cópias dos escritores de outros países, mas em retrospectiva, eu acho que a maioria dos americanos envolvidos com isso agora percebe que isso é um erro. Twain e outros escritores americanos fizeram, com sucesso, campanhas para que houvesse um forte esquema de proteção à propriedade intelectual nos Estados Unidos. Os escritores e inventores americanos de hoje continuam fazendo isso.

**P:** O que se pode dizer sobre o argumento de que a proteção dos direitos à propriedade intelectual é uma vantagem quando se trata de atrair investimentos estrangeiros?

**Papovich:** Uma das coisas que os países em desenvolvimento sempre dizem que querem é a transferência de tecnologia. Eles vêem isso como o caminho para o desenvolvimento; eles precisam ter as mais modernas invenções dos países desenvolvidos à sua disposição. A nossa resposta é que isso só vai acontecer se os inventores dessa tecnologia souberem que as suas invenções receberão o mesmo tipo de proteção à propriedade intelectual que recebem nos países desenvolvidos.

Sabemos de muitos casos em que as empresas americanas mantêm suas invenções mais recentes fora do mercado nos países em desenvolvimento porque não querem que elas sejam copiadas de maneira desleal. Em vez disso, o que eles colocam à disposição é uma tecnologia mais antiga, fora das patentes, para a qual a proteção da propriedade intelectual já não se encontra disponível. Portanto, o recado para os países em desenvolvimento é este: proporcionem um forte esquema de proteção da propriedade intelectual e a tecnologia mais recente chegará até vocês.

**P:** Como surgiu o programa dos Estados Unidos para promover a propriedade intelectual? Como ele está funcionando?

**Papovich:** Na década de oitenta, os Estados Unidos começaram a enfrentar déficits comerciais crônicos e, portanto, o nosso governo fez um exame intenso das maneiras pelas quais deveríamos tratar essa questão.

Uma das coisas que se tornaram óbvias foi a necessidade de enfatizar as exportações dos produtos para os quais tínhamos uma vantagem competitiva. A área de propriedade intelectual, criações da mente, é uma em que os Estados Unidos têm uma forte vantagem comparativa. Ficou óbvio para as pessoas encarregadas de fazer política que os produtos americanos de exportação em potencial não estavam sendo exportados porque pessoas em outros países estavam copiando, estavam falsificando esses produtos dos Estados Unidos.

Assim, em 1988, o governo Bush e o Congresso dos Estados Unidos decidiram adotar uma abordagem de duas vias para o combate à pirataria e à falsificação dos nossos produtos. Uma via envolvia a criação do programa conhecido como Special 301, através do qual nós fazemos uma análise anual de que países negam uma proteção eficaz e adequada da propriedade intelectual americana. A outra via envolvia a obtenção de um acordo internacional sobre a propriedade intelectual que tivesse força legal e que tivesse disposições para cumprimento como parte das negociações comerciais da Rodada Uruguai no GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio] (General Agreement on Tariffs and Trade) que estavam sendo iniciadas naquela época. Isso finalmente foi conseguido quando a Rodada Uruguai foi concluída em 1994 com o acordo TRIPS (acordo da OMC sobre Aspectos Relacionados ao Comércio, dos Direitos à Propriedade Intelectual).

Continuamos a usar, vigorosamente, o programa Special 301. Claude acabou de liderar a análise deste ano, cujos resultados foram divulgados em maio. Simultaneamente, estamos exercendo pressão para que ocorra a implementação completa do acordo TRIPS. Uma coisa que decepcionou no resultado da negociação do TRIPS foi que os países em desenvolvimento tiveram um prazo de cinco anos antes que tivessem de cumprir a maioria das obrigações do acordo. Esse prazo de cinco anos termina no dia 1º de janeiro de 2000. Estamos exercendo pressão para nos assegurarmos de que os países em desenvolvimento estejam tomando as providências, agora, para o cumprimento de suas obrigações, para que eles estejam em total conformidade com as mesmas, quando o prazo se esgotar.

**P:** Sempre achei meio misteriosa a maneira pela qual vocês tomam decisões em relação ao programa Special 301. Por exemplo, este ano o USTR anunciou o início dos procedimentos de acordo de disputa pela OMC a respeito da Grécia, e identificou o Paraguai como país estrangeiro com prioridade. No entanto, a Rússia não foi identificada como país estrangeiro com prioridade embora, segundo o seu relatório, a pirataria seja endêmica no país. Como vocês fazem esses cálculos? Tais cálculos são influenciados por considerações referentes à política externa?

**Burcky:** A primeira coisa que se deve examinar é o regime de IPR (direitos à propriedade intelectual) propriamente dito – se leis adequadas e eficazes foram aprovadas e o nível de cumprimento dessas leis. Com certeza a Rússia já progrediu muito no processo de mudar o seu regime legal, mas como você disse, o cumprimento da lei é um problema. E como um reflexo das nossas preocupações a respeito do cumprimento da lei e das partes do regime legais que ainda são deficientes, colocamos a Rússia na lista de prioridades para observação no ano passado. Continuamos a trabalhar com a Rússia no que diz respeito ao cumprimento e ao desenvolvimento das leis. À medida que os países evoluem entre uma análise e outra, isso se reflete no seu status no relatório do programa Special 301. A Rússia, no ano passado, concordou em trabalhar conosco na questão do cumprimento da lei; como está havendo progresso nessa questão, nenhuma ação adicional a respeito do Special 301 parece ser necessária este ano.

O Paraguai, por outro lado, não possui proteção adequada e eficaz de copyright, patentes ou marcas comerciais. O cumprimento da lei inexistente. E o transbordo de mercadorias pirateadas e falsificadas da Ásia, via Paraguai, para o resto da América Latina é um problema enorme. Portanto, como o Paraguai não apresentou nenhum progresso nos últimos anos no trato dessa questão, o país foi passando por várias categorias nas listas do programa Special 301 e finalmente foi classificado como país estrangeiro com prioridade.

Dessa forma, tomamos essas decisões tendo como base o regime como o vemos e o progresso que o país está ou não está fazendo na resolução dos problemas que nós identificamos.

**P:** A extensão em que a pirataria afeta os negócios dos Estados Unidos também faz diferença?

**Burcky:** As informações que recebemos das indústrias, todos os anos, estimam as perdas que uma determinada indústria está sofrendo, portanto, quanto maiores são as perdas, maior será a prioridade, certamente.

**P:** A China é o país no qual a pirataria mais prejudica os negócios dos Estados Unidos?

**Papovich:** Sim, acho que isso é verdade.

**Burcky:** Sim, a Rússia está em segundo lugar; a diferença entre as duas é pequena.

**Papovich:** O México está entre os primeiros da lista. Quais são os outros países que estão em posição de destaque nessa questão?

**Burcky:** A Bulgária, até pouco tempo atrás.

**Papovich:** É uma coisa estranha. As pessoas perguntam: Como é que um país menor como a Bulgária ou o Paraguai pode causar tantos problemas à nossa indústria de propriedade intelectual? Seus mercados são pequenos. Mas o que acontece é que eles exportam para todas as suas respectivas regiões, toda a Europa Oriental no caso da Bulgária e toda a América Latina no caso do Paraguai.

**P:** De que forma o policiamento nos Estados Unidos se compara com o policiamento nos outros países? Por exemplo, você pode virar a esquina e encontrará uns caras vendendo camisetas com violações descaradas de copyright, e eles estão fazendo isso há anos.

**Papovich:** Sempre haverá um pouco de pirataria e falsificação; isso é inevitável. Na maioria dos casos pedimos aos outros países para fazer o que nós fazemos – que tenham leis que proíbam esse tipo de comportamento e um processo jurídico eficaz para agir contra as pessoas que violam essas leis. É impossível policiar todos os casos, mas deve haver um mecanismo para o policiamento.

Eu imaginei que o seu exemplo dos vendedores ambulantes incluiria a venda de cópias piratas de fitas de vídeo. Isso estava acontecendo aqui em Washington, D.C. – mas agora não está mais. O motivo disso é que a Associação Americana de Cinema, ao descobrir que essas fitas estavam sendo vendidas, convenceu a polícia local a fazer blitz, visando não tanto os vendedores no varejo, mas tendo como alvo as instalações de fabricação e distribuição em Maryland. Os proprietários das marcas

comerciais aparentemente ainda não resolveram lutar pelos seus direitos, no caso das camisetas que esses caras continuam vendendo. A questão é que queremos que o proprietário(a) dos direitos tenha o mecanismo para se proteger se ele ou ela assim desejar. Você pode fazer isso nos Estados Unidos. Em outros países, não é tão fácil.

**P:** Existem problemas nos países em desenvolvimento quando se trata de aprovar leis adequadas ou de fazer com que as leis existentes sejam cumpridas?

**Papovich:** Fazer com que um país promulgue uma lei é relativamente simples. Fazer com que a lei seja cumprida é muito mais complicado. Os sistemas de policiamento, sistemas jurídicos, sistemas de justiça cível e criminal, de muitos países em desenvolvimento são muito menos desenvolvidos do que aqueles dos países desenvolvidos. Pode ser difícil fazer com que a lei seja cumprida imediatamente. Os policiais e os juízes podem ser ou não ser corruptos. Mesmo se todos forem honestos, freqüentemente não há policiais e nem juízes em quantidade suficiente. Portanto, é difícil fazer com que blitz sejam efetuadas. Não é que os países não queiram proteger a propriedade intelectual. Eles simplesmente não têm a infra-estrutura instalada para proporcionar o tipo de justiça imediata que você obtém na maioria dos países desenvolvidos.

**P:** Como o acordo TRIPS está funcionando até agora?

**Papovich:** Bem, até agora tudo bem, mas como eu disse anteriormente, a maioria das obrigações dos países que fazem a maior diferença para a nossa indústria de propriedade intelectual só entrará em vigor em 1o. de janeiro de 2000. O acordo TRIPS entrou em vigor, na sua totalidade, no que diz respeito aos países desenvolvidos, em 1o. de janeiro de 1996. A maioria dos países desenvolvidos possui leis muito boas. Nós só estamos preocupados com os países em desenvolvimento. Portanto, ainda não dá para fazer uma avaliação definitiva. Mas devemos dizer que usamos o acordo TRIPS de maneira bem agressiva, mesmo contra os países desenvolvidos que não estão cumprindo suas obrigações – aproximadamente uns 10 casos, eu acho.

**Burcky:** Sim, agora são 10, com o caso da Grécia.

**P:** Quais são as estatísticas dos casos dos Estados Unidos no TRIPS na OMC? Quantos foram decididos? Quantos ainda estão pendentes?

**Papovich:** Na maioria dos casos foram feitos acordos extrajudiciais, por assim dizer. O primeiro caso que apresentamos foi contra os japoneses, a respeito de gravações de som; esse caso foi resolvido antes de ser apresentado em um painel formal. O segundo foi contra os portugueses, nos casos em que certas disposições da sua lei de patentes eram inconsistentes com o TRIPS; esse caso foi resolvido também. Basicamente, “resolvido” significa que o país mudou a sua lei ou a sua prática para que a mesma ficasse em conformidade com o TRIPS.

O único caso que passou por um processo de painel envolve a Índia. O acordo TRIPS tem uma transição de 10 anos antes de as patentes serem fornecidas para produtos farmacêuticos. No entanto, há uma disposição segundo a qual, a partir de janeiro de 1995, os países que estiverem se beneficiando dessa transição de dez anos tenham um lugar conhecido como caixa de correio [mailbox] onde as solicitações podem ser feitas para preservar a sua novidade. O Paquistão e a Índia não tinham caixas de correio. Portanto, iniciamos ações contra eles, simultaneamente. Poucos meses depois os paquistaneses concordaram conosco, e tomaram as medidas legislativas necessárias para criar uma caixa de correio. Portanto, a queixa foi retirada. Os indianos, por outro lado, discordaram da nossa decisão. Por isso, partimos para o painel; passamos por todo o processo. O painel achou que estávamos certos. Os indianos recorreram da decisão; eles têm o direito de fazer isso. E o tribunal de recursos nos deu ganho de causa. Agora os indianos têm que tomar providências para cumprir a legislação. Eles estão fazendo isso. Até agora não perdemos nenhum caso, mas alguns ainda estão pendentes.

**P:** O tipo de problemas de direitos à propriedade intelectual (IPR) que temos com a Europa e o Japão são diferentes do tipo de problemas que temos com o Paraguai e a Índia?

**Papovich:** Alguns países em desenvolvimento não têm nenhuma lei de IPR – eles não têm leis que protegem patentes, nem leis que protegem marcas comerciais, nem nas suas versões mais elementares. Nos países desenvolvidos, os países tendem a ter leis sofisticadas, e os problemas que temos podem ser em relação a interpretações relativamente limitadas ou com respeito ao cumprimento inadequado.

Podemos citar como exemplo o caso da Suécia e da Dinamarca. Nossa indústria de software precisa ter o

direito de conduzir buscas de surpresa nas instalações de uma empresa, se a empresa estiver usando cópias de software dos Estados Unidos sem autorização. A Dinamarca e a Suécia entendem que o direito de efetuar buscas-surpresa é limitado aos casos criminais, e não aos casos de direito comum. A indústria de propriedade intelectual dos Estados Unidos prefere apresentar queixas na área cível porque é difícil convencer os promotores a considerar a pirataria de software um crime comparável ao homicídio, roubo, e coisas desse tipo. No entanto, as empresas de software não podem apresentar uma queixa contra essas empresas a não ser que sejam feitas buscas-surpresas. Portanto, esta é a disputa que estamos tendo com a Suécia a Dinamarca. É uma questão bastante sofisticada comparada com os problemas mais abrangentes, de cumprimento inadequado da lei na Grécia e na Itália.

**P:** O que o futuro nos reserva em termos de negociações? Quais são os outros acordos que os Estados Unidos querem sobre a propriedade intelectual?

**Papovich:** No contexto multilateral, temos duas coisas. Uma questão é se devemos incorporar ao acordo TRIPS o acordo recente na Organização Mundial de Propriedade Intelectual segundo o qual as transmissões eletrônicas são protegidas pela lei de copyright. Outra questão é: qual será a melhor maneira de proteger produtos de biotecnologia de acordo com as disposições do acordo TRIPS? Um dos meus antecessores disse que o acordo TRIPS proporciona proteção de propriedade intelectual para o que é, na verdade, um retrato da propriedade intelectual em 1990. Em 1990, ninguém estava enviando e-mails, documentos, e nem software pela Internet. Agora isso está sendo feito. Se quisermos que o TRIPS seja um acordo atualizado, temos que pensar em incorporar a ele os desenvolvimentos mais recentes do mundo. □

### □ A PROPRIEDADE INTELECTUAL E O MERCADO GLOBAL: UMA DISCUSSÃO

---

*Quais são os desafios de se promover a propriedade intelectual na economia global de hoje? De que forma a equação está se modificando para os países em desenvolvimento e para as economias emergentes no limiar do século XXI? Qual é o impacto da era digital nas abordagens tradicionais para a proteção da propriedade intelectual?*

*Em abril, um painel formado por peritos em propriedade intelectual se reuniu atendendo a um convite da Agência de Informações dos Estados Unidos [U.S. Information Agency] para discutir essas e outras questões. Uma versão condensada dessa discussão aparece a seguir. O que cada participante diz reflete apenas a sua própria opinião.*

*Os participantes foram:*

• **Eric H. Smith**, presidente da Aliança Internacional da Propriedade Intelectual [International Intellectual Property Alliance] (IIPA), Washington, D.C. A IIPA é uma coalizão formada em 1984 para representar as indústrias americanas baseadas em copyright – filmes, fitas de vídeo, gravações, música, software, livros e revistas especializados(as) em negócios e entretenimento – em esforços internacionais para aperfeiçoar a proteção das obras protegidas por copyright. O Sr. Smith é autor de muitos artigos sobre copyright e comunicações e já proferiu muitas conferências sobre assuntos que variam de copyrights internacionais até a transmissão por meios eletrônicos e as novas tecnologias.

• **Deborah Hurley**, diretora do Projeto de Infra-estrutura de Informações de Harvard [Harvard Information Infrastructure Project] (HIIP), Cambridge, Massachusetts. O HIIP foi criado em 1989 sob a égide da Escola de Administração Governamental John F. Kennedy da Universidade de Harvard. Ele proporciona um fórum imparcial, multidisciplinar, para a discussão de uma ampla variedade de questões de política relacionadas ao desenvolvimento, uso, e crescimento da infra-estrutura de informação. A Dra. Hurley é também a co-autora de um livro que será lançado em breve, chamado *Internet Publishing and Beyond: The Economics of Digital Information and Intellectual Property*, a ser publicado pela

MIT Press.

• **Robert Sherwood**, consultor internacional de empresas, de Alexandria, Virgínia. O Sr. Sherwood é consultor especializado na reforma dos regimes de propriedade intelectual nas economias em desenvolvimento e emergentes. Ele proferiu muitas conferências e escreveu numerosos textos sobre propriedade intelectual.

• **Peter Fowler**, advogado e consultor do Escritório de Assuntos Legislativos e Internacionais, Escritório de Patentes e Marcas Comerciais dos Estados Unidos. O Sr. Fowler é especialista em leis internacionais de propriedade intelectual, baseado no Escritório de Patentes e Marcas Comerciais dos Estados Unidos. Ele foi o moderador da discussão.

---

*P: De que maneira o desafio de se promover a proteção à propriedade intelectual mudou nos últimos anos, após o acordo TRIPS? Os interesses envolvidos são maiores do que os de antigamente? Os países que possuem uma proteção fraca da propriedade intelectual estão perdendo terreno na concorrência pelo investimento e pelo acesso à tecnologia?*

**Sherwood:** Eu fico admirado de ver o acordo TRIPS e essa relação entre a propriedade intelectual e o comércio. De certa forma, o acordo TRIPS é quase uma coisa antiga, pois foi concluído há cinco anos. Por outro lado, para a maior parte do mundo, ele ainda está no futuro, pois há tantos países em desenvolvimento que têm um prazo até o final do século para cumpri-lo. Eu acho que alguns deles estão dormindo no ponto; eles não têm uma consciência total das implicações que o acordo terá para eles. De qualquer forma, a relação entre a propriedade intelectual e o comércio fez algumas coisas interessantes. Ela transformou a propriedade intelectual em uma questão de controvérsia na área comercial, e também em um instrumento para facilitar o comércio. A propriedade intelectual evoluiu historicamente como um meio de estimular as pessoas para que elas fizessem coisas. Em termos modernos, falamos sobre isso como estímulo para investir, para assumir riscos ao apoiar novas idéias, novos

negócios, novas expressões. No entanto, em muitos países que visitei, há uma sensação de que o acordo TRIPS está no topo da montanha, está no limite que se deve alcançar, que o TRIPS é o máximo. E isso me incomoda muito, pois acho que o acordo TRIPS é, talvez, somente a metade do que será suficiente para mobilizar os países em desenvolvimento e os países em fase de transição. Estou um pouco preocupado porque por algum tempo haverá uma falsa expectativa de que o padrão do acordo TRIPS de proteção trará o mais completo conjunto de benefícios a esses países.

**Hurley:** O TRIPS deveria ser uma etapa no processo. Com o decorrer do tempo, algumas pessoas se esqueceram de que ele deveria ser um conjunto mínimo de normas, e não a versão final. Acho que vale a pena lembrar as pessoas sobre isso com a maior frequência possível. De qualquer forma, ainda há muito poucos países e muito poucas autoridades governamentais que diriam que as leis de propriedade intelectual são desnecessárias. A maioria diria que as leis sobre a propriedade intelectual são uma boa idéia e que freqüentemente a questão é desenvolver objetivos e a capacidade de se adaptar e absorver um conjunto de regulamentos em um determinado ponto.

Vivemos em uma época de uma assimetria inacreditável. Temos falado a respeito de valores de países desenvolvidos dirigidos para o mundo desenvolvido, mas nesse conjunto turbulento de assimetria estamos vendo outro tipo de fluxo. Em 1962, a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) organizou uma conferência com o Instituto Max Planck que analisou a proteção da propriedade intelectual na Europa Oriental, em uma época em que os países da Europa Oriental estavam adotando muitas novas leis. As suas leis referentes à biotecnologia se aproximavam muito mais das leis americanas e japonesas do que das leis da Europa Ocidental. Portanto, em termos de estimular o investimento por parte das empresas de biotecnologia, os países da Europa Oriental eram lugares onde se era muito mais bem-vindo para investir e criar novas operações do que os países da Europa Ocidental. Isso era interessante porque muitos advogados europeus especializados em propriedade intelectual queriam dar esse recado da maneira mais incisiva possível para as autoridades dos seus governos e para o Escritório de Patentes da Europa e o Parlamento Europeu.

À medida que surgem novos países, eles obviamente analisam o mundo ao seu redor para ver qual é o estado da arte, quais são os modelos, quais são as melhores

práticas. Ao fazer isso, eles podem exercer pressão até mesmo sobre os países desenvolvidos para que eles mudem o seu nível de proteção e os seus meios de proteger certos tipos de invenções e obras.

**Fowler:** O crescimento e a expansão da Internet estão forçando os países a pensar e harmonizar as leis globais de copyright, e provavelmente as leis sobre as marcas comerciais também. Fiquei impressionado ao ver, na conferência diplomática de 1996 da WIPO (World Intellectual Property Organization) [Organização Mundial de Propriedade Intelectual] que embora aproximadamente 160 países diferentes tivessem abordagens um pouco diferentes, ou discordassem sob alguns aspectos, eles sentiam a necessidade de um conjunto global de tratados para tratar da proteção do copyright e da proteção das gravações de som em um ambiente digital. Isso era mais ou menos um fato consumado, e em seguida os participantes passaram a trabalhar nos detalhes. Eu acho que isso não teria acontecido 10 ou 15 anos atrás. Teria havido um grande desentendimento.

*P: A pirataria ainda está crescendo? Até que ponto ela é um problema sério? Por que os países em desenvolvimento devem se preocupar com isso?*

**Smith:** Fizemos alguns estudos e tentamos classificar regiões do mundo em termos de índice de pirataria. A pior região – com níveis de pirataria entre 75 e 80 por cento de todos os produtos protegidos por copyright – é a Europa Central, a Comunidade de Estados Independentes, e a Rússia. Não existe uma tradição de uma boa estrutura jurídica, do cumprimento da lei e do processo criminal, a não ser que seja através de mecanismos políticos, e isso colocou essa região em primeiro lugar em termos de níveis de pirataria. Por outro lado, suas economias estão entre as mais fracas. Se pudessemos iniciar um esforço em âmbito mundial para fortalecer a eficácia jurídica no mundo inteiro, eles poderiam obter ganhos econômicos nesses países que nunca vimos em nenhuma época.

**Hurley:** A principal conclusão da conferência da OCDE na Europa Oriental que eu mencionei anteriormente foi a necessidade de mecanismos muito melhores para garantir o cumprimento da lei. Volto a afirmar que essa é uma área complexa.

Nos Estados Unidos, tivemos que criar um tribunal de recursos especialmente para tratar dessas questões.

Devemos nos esforçar para proporcionar uma maneira melhor para treinar as pessoas que trabalham no processo jurídico em outros países. Isso seria muito bom e para isso não é preciso ter nenhuma nova legislação e nem novos acordos internacionais.

**Fowler:** Isso não surpreende porque essas áreas são terrivelmente complicadas e para alguns países não existe mesmo uma quantidade muito grande de pessoas treinadas ou especializadas. Sob o ponto de vista econômico, talvez os países menores não deveriam estar encaminhando muitos dos seus engenheiros altamente especializados para serem examinadores de patentes. Eles seriam melhores e mais produtivos se estivessem trabalhando no setor privado e na área de pesquisa. Alguns países - - como por exemplo, a Tailândia, as Filipinas, e o Panamá - - começaram a optar por tribunais judiciais e promotores especializados para tratar dos crimes contra a propriedade intelectual. Eles estão reconhecendo que, em muitos casos, os seus próprios poderes judiciários não estão à altura da tarefa e que eles têm que fazer alguma coisa para proporcionar incentivo para que se tenha juízes e promotores mais bem treinados, uma estrutura de cumprimento de lei mais previsível, e menos atrasos. Isso pode significar todo o esforço que o Escritório de Patentes e Marcas Comerciais e outros órgãos do governo dos Estados Unidos farão na próxima década, assim como depois dela: trabalhar nos casos de cumprimento da lei, e no treinamento do judiciário, treinando juízes, promotores, e em muito casos, treinando até os advogados locais. Isso é de importância vital.

**Sherwood:** Para mim, a idéia de que todos os países em desenvolvimento devam examinar tecnicamente as patentes me parece absurda. A redundância de uma análise técnica está sendo exposta mais e mais, atualmente. O Tratado de Cooperação Sobre Patentes [Patent Cooperation Treaty] (PCT), que permite que um candidato faça um requerimento e de fato o use em uma determinada quantidade de países no mundo inteiro, é um movimento rumo a uma abordagem mais unificada. Os custos de administração de patentes em muitos países em desenvolvimento seriam reduzidos se eles decidissem que se um dos centros de análise designado pelo PCT tiver indicado que uma invenção pode ser patenteada, eles automaticamente outorgariam uma patente, dependendo de certas condições. O custo de criar uma equipe de analistas de patentes é o maior item na administração da propriedade intelectual. Se você considerar que, de acordo com as classificações internacionais, há mais de 200 campos distintos de tecnologia nos quais patentes são

requeridas, isso sugere que qualquer país, para conduzir uma análise técnica, precisa ter pelo menos 200 analistas. Isso simplesmente não é possível em muitos países. Portanto, faz muito mais sentido contar com o sistema internacional que está começando a surgir para isto.

Provavelmente são feitas mais invenções no mundo do que se imagina. Após visitar algumas universidades da América Latina, estou convencido de que elas criaram, de fato, muitas invenções significativas com potencial comercial. E mesmo sem pensar em patentes, e também ciente do seu custo, entre outras coisas, muitas dessas invenções foram descritas em documentos que enriqueceram a biblioteca de uma universidade, mas nada de valor comercial foi desenvolvido.

**Smith:** Nos países em desenvolvimento, as pessoas que contam com a proteção da propriedade intelectual já foram tão prejudicadas pela falta dessa proteção, que agora preferem não aparecer muito. Essas pessoas não estão acostumadas a exercer pressão junto aos seus governos ou a assumir uma posição de destaque, politicamente, e não dispõem de fundos para se organizarem. Tipicamente, é a indústria americana que grita e berra sobre o quanto está perdendo devido à pirataria. No entanto, a indústria fonográfica do México, por exemplo, está enfrentando um índice de pirataria de 60 por cento, e agora ela está se tornando mais ativa dentro do México porque os seus membros, coletivamente, perdem mais dinheiro do que os seus correspondentes americanos que operam no México. Frequentemente, a indústria americana avança a todo vapor, mas nós devíamos estar gastando mais tempo ajudando a comunidade criativa local, pois é aí que a política acontece. Nenhum país que conheço aprovou uma boa lei só por causa de pressão dos Estados Unidos. Eles mesmos têm que acreditar na lei; o país a acompanhará quando estiver pressionado pela sua própria indústria local. A Indonésia e o seu ramo de música constituem um excelente exemplo. Essas são as pessoas que conseguiram a aprovação de uma lei de copyright, e não a indústria dos Estados Unidos, e nem pressão do Representante Comercial dos Estados Unidos.

*P: Quais são os benefícios, para os países em desenvolvimento, de se proteger a propriedade intelectual? Quais são as estratégias que os países em desenvolvimento podem adotar?*

**Smith:** A melhor maneira de ver o que pode ser feito é olhar para os países onde isso deu certo. Eu gostaria de

falar apenas de dois ou três países, embora eu possa indicar aproximadamente 50 agora - - a partir de meados da década de oitenta, e o que aconteceu por eles terem resolvido proteger a propriedade intelectual. Você pode começar por Cingapura, que inicialmente não possuía artistas do ramo da música e nem gravadoras.

Em vez disso, os piratas estavam exportando 180 milhões de unidades de gravações de som para outros países. O índice de pirataria era basicamente 100 por cento nesse ramo de atividade; eles não tinham nenhuma lei, eles não protegiam nenhuma obra estrangeira protegida por copyright. Então Cingapura aprovou uma lei e começou a fazer com que ela fosse cumprida; hoje o país está exportando o trabalho dos seus próprios artistas. Eles quadruplicaram o número de estúdios de gravação. Nada disso era possível quando não havia lei.

Outro exemplo é a Indonésia, onde existe uma enorme cultura musical. Hoje, a Indonésia tem um índice de pirataria de 30 por cento, o que ainda é alto demais, mas no passado o índice era de 100 por cento, e nenhuma pessoa local podia ganhar a vida gravando e vendendo música. Agora esse não é mais o caso.

Finalmente, vamos falar sobre a indústria editorial na Coreia. Lá também, não havia nenhuma proteção em 1985. Havia 2.000 editoras na Coreia, e elas se opunham vigorosamente à aprovação de uma lei de copyright. O negócio dessas editoras era piratear livros estrangeiros da área de educação, de referência, e da área médica, que eram usados quase exclusivamente na Coreia. Quanto mais rápido você colocava um livro pirateado no mercado, maior era o lucro. Se você era lento, não havia lucro. Agora a indústria editorial coreana é muito próspera, e é composta de editoras de verdade. Elas conseguem os autores, editam, promovem e distribuem; a pirataria de livros caiu de 95 por cento em 1985 para aproximadamente 20 por cento.

Esses exemplos não são incomuns – isto está acontecendo no mundo inteiro. Sem proteção da propriedade intelectual, você não pode ter uma indústria editorial doméstica saudável na qual os autores são remunerados pelas suas obras, e você não pode ter uma indústria fonográfica eficaz. E você pode falar com bons desenvolvedores de software em qualquer país – na Rússia, na China, na Índia, não importa o lugar – e você verá que eles têm pessoas que são gênios em software. O primeiro programa de computador que será pirateado é o deles, e eles não podem ganhar a vida sem um regime de

propriedade intelectual com um alto nível de proteção. Estou nesse negócio há 15 anos, e quando a propriedade intelectual é protegida, os índices de pirataria caem, enquanto a renda se eleva e a criatividade melhora.

**Sherwood:** Isso me faz lembrar de uma história sobre um dos principais produtores de cinema do Equador, que fez dois filmes muito elogiados, e assim que eles os lançou, eles foram pirateados e todas as lojas de fitas de vídeo, nas esquinas de todo o país passaram a vendê-los. Ele fez uma declaração dramática perante as autoridades equatorianas. Ele disse, “Steven Spielberg e Walt Disney não precisam de proteção de copyright no Equador. Mas eu preciso, e sofro muito por não tê-la.”

Quando as pessoas criativas não têm o apoio do sistema de propriedade intelectual, e portanto não podem produzir e divulgar sua expressão criativa, um país perde uma coisa muito importante. Essas pessoas são as primeiras a absorver as coisas novas que estão acontecendo no mundo e a reinterpretá-las em termos de uma cultura existente. Quando uma cultura pára no tempo, um país tende, de certa forma, a se tornar reativo. Há uma sensação de que as pessoas não estão abraçando o que aparece e avaliando-o para outras pessoas, e em seguida expressando a reação, para que toda a comunidade comece a avançar. Nos países em que os artistas locais são apoiados, o trabalho das pessoas envolvidas com a cultura progride e a atitude reativa é modificada e superada, e há uma abertura muito maior em relação às coisas novas que estão acontecendo. E isso é vital devido às enormes mudanças que estamos vendo atualmente com a Internet e tantas outras coisas.

Se não houver uma crença bastante forte em um país de que a propriedade intelectual é boa para o país, o sistema não funcionará. Se um país disser sob pressão, tudo bem, vamos consertar o nosso sistema de propriedade intelectual, esse sistema fica sujeito a tantos julgamentos de todos os tipos que fica difícil fazê-lo funcionar se as pessoas que o operam não acreditarem nele. Isso coloca muita pressão, eu acho, na demanda local crescente para que haja uma proteção mais forte para a propriedade intelectual.

A propriedade intelectual não é uma coisa que o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos inventou, embora muitos pareçam pensar assim. A propriedade intelectual é, na verdade, uma tradição muito antiga. As aldeias descobriram que seria útil para toda a comunidade se as pessoas inteligentes, as pessoas

criativas, pudessem receber um incentivo especial. O que eles produziam beneficiava toda a comunidade. O primeiro reconhecimento das marcas comerciais aconteceu quando os oleiros criaram vasos para água que podiam conter a água muito melhor do que outros vasos. O copyright surgiu junto com a imprensa, as patentes surgiram nos estados do norte da Itália em uma época em que o comércio com o Oriente cresceu e a inventividade estava florescendo. A questão é que era bom para a comunidade proteger e incentivar as obras feitas pelas suas pessoas inteligentes e criativas. As comunidades perceberam o valor do exercício do controle sobre um recurso natural que se encontrava à sua disposição.

*Q: Qual é o impacto das novas tecnologias, incluindo a Internet, sobre o copyright e as marcas comerciais? Qual será o impacto sobre o crescimento econômico de um horizonte de propriedade intelectual alterado? Quem ganha e quem perde com isso?*

**Hurley:** Há duas fortes tendências que estamos vendo agora na área de propriedade intelectual – e elas são curiosas e divergentes. Na área de privacidade e proteção de dados, vemos uma poderosa tendência no sentido de tratar os dados pessoais como uma questão comercial, mas há também uma forte tendência a tratar deles como um direito humano.

A “pasta” de direitos humanos está se expandindo, e um número cada vez maior de coisas está indo parar nessa “cesta”. Eu acho que a cesta vai ficar cheia demais e vai virar, pois está ficando com excesso de carga.

Por um lado, as pessoas argumentam que a proteção dos dados deve ser tratada cada vez mais como um direito à propriedade, que a análise correta é que os dados pessoais são propriedade e que o indivíduo deveria ser capaz de reivindicar o valor dessa propriedade. Por exemplo, quando firmas de mala direta pegam os seus dados e os utilizam para fins auxiliares, você deveria reivindicar um pouco do valor e deveria ser remunerado por esse uso. As novas tecnologias tornarão possível fazer esses micro-pagamentos ou agenciamento instantâneo; você poderia receber um pagamento instantâneo de 50 centavos, aproximadamente, cada vez que as suas informações fossem usadas em algum tipo de estudo ou em algum tipo de dados agregados. Mas essa é só uma maneira de analisar essa questão – examinando o valor de se transformar os dados pessoais em “mercadoria”.

Por outro lado, as pessoas estão dizendo: “Espere um

minuto. Talvez os dados pessoais e a privacidade sejam um direito humano.” As pessoas argumentam que esse tipo de proteção está em conformidade com várias convenções de direitos humanos, e que se trata de uma coisa tão inalienável quanto o voto nos Estados Unidos – você não pode vender e nem alugar o seu voto – ou como a venda de órgãos em muitos países.

Dez ou quinze anos atrás, havia uma pequena minoria nos Estados Unidos que dizia que o copyright não era a maneira certa de proteger programas de computador. Enquanto isso, o governo dos Estados Unidos estava argumentando que o copyright era a ferramenta adequada, pois tratava dos problemas de reprodução e se encaixava nas convenções internacionais existentes. O que tem sido surpreendente e interessante para mim no decorrer da última década é ver o que era uma pequena minoria nos Estados Unidos crescer tanto que hoje quase há uma divisão meio a meio entre o que eu chamaria de análise tradicional de propriedade intelectual e aqueles que são um pouco mais heréticos e dizem que as noções de propriedade intelectual que temos há 250 anos não servem para uma era digital, ou não funcionam em uma economia globalizada, ou são uma infração dos direitos básicos das pessoas. Eu não acho que esse debate vai acabar. Outros países podem se tranquilizar devido ao fato de que há uma cisão bem veemente na comunidade legal dos Estados Unidos sobre essas questões; isso se refletiu claramente na recente conferência diplomática da WIPO. Em geral, no entanto – e isso talvez seja um pouco de otimismo – há uma lenta tendência a se chegar a um consenso e a uma melhor proteção da propriedade intelectual.

**Smith:** Concordo com a sua análise, embora eu questione se 15 anos atrás não havia quase ninguém na comunidade acadêmica que achava que o copyright era a maneira certa de proteger o software. Minha visão era a visão tradicional. Felizmente, para o meu ponto de vista, o mundo caminhou na direção da proteção do software como uma obra literária protegida por copyright; o mundo não acadêmico parece estar se movendo rapidamente nessa direção, enquanto o mundo acadêmico ainda está questionando essa percepção com bastante regularidade.

**Hurley:** Muitas dessas coisas podem ser problemas de processo. A indústria do entretenimento nos Estados Unidos é extremamente poderosa e capaz de se mover rapidamente e de se mover com muitos recursos e assumir o controle em um debate antes que as outras partes sejam

capazes de se mobilizar para o debate. Portanto, uma boa parte dos gritos e berros têm mais a ver com o processo do que com a substância.

**Smith:** Se você olhar para a Internet, você sem dúvida está certo. Se você olhar para qualquer um dos sites de copyright, a opinião que você vai ver é quase 100 por cento contrária à da comunidade empresarial. Não há dúvida sobre isso.

**Fowler:** Tem havido alguma cobertura recente na imprensa, sobre acadêmicos, especialmente no ensino superior, que estão começando a dizer: “Espere um minuto, toda essa conversa a respeito de informações gratuitas na Internet, toda essa discussão a respeito de tudo ser coberto pelo uso adequado, tudo isso estava certo. Mas eu quero controlar minhas anotações de aula; eu não quero que ninguém coloque isso na Internet.” Talvez estejamos vendo o início de uma tendência rumo a uma visão mais tradicional dos autores que querem conservar algum controle sobre as suas obras, mesmo na Internet.

A Internet e o comércio eletrônico também estão tendo um tremendo impacto sobre a lei das marcas comerciais. Sob alguns aspectos, o sistema de marcas comerciais está sendo arrastado à força para a era da Internet, e os nomes de domínio e endereços são apenas a ponta do iceberg. As empresas multinacionais têm muitos recursos investidos no desenvolvimento e comercialização das suas marcas comerciais e logotipos. A Internet está proporcionando um excelente veículo para expandir o seu uso, mas ao mesmo tempo está proporcionando o mesmo tipo de potencial para falsificação e pirataria que existe no campo do copyright. Os Estados Unidos ainda nem ratificaram o tratado da lei de marcas comerciais; estamos atrasados nisso.

*Q: Até que ponto os frutos do comércio eletrônico e da economia digital serão compartilhados?*

**Fowler:** Embora nos concentremos tanto nas novas tecnologias digitais, há estimativas de que 97 por cento do mundo ainda não tem acesso à Internet. O que ela está fazendo com as distâncias que já existem entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos em termos da sua capacidade de usar a tecnologia para progredir economicamente? A distância está aumentando?

**Smith:** Não deveria. Deveria estar diminuindo como resultado da tecnologia eletrônica. Fica caro distribuir

livros nos países em desenvolvimento, especialmente livros escolares. Se você puder fazer isso por meios eletrônicos, os custos das transações diminuem e o custo da informação, para os alunos, é reduzido. Em última análise, a nova tecnologia sinaliza a chegada de grandes benefícios para os países em desenvolvimento. Mas isso não vai acontecer a não ser que um país se coloque em uma posição que lhe permita proteger o material que está passando por essas linhas telefônicas – ou fibras ópticas, ou seja lá o que for. Se isso não acontecer, o comércio eletrônico vai ficar restrito aos países desenvolvidos, e o que você sugere pode muito bem acontecer.

**Sherwood:** Acho que há muitos barômetros indicando que a proporção de 97 para 3 está sofrendo muitas pressões. O Banco Mundial está recebendo muitos pedidos de países, que querem ajuda para ingressar na era da informática. O Banco está tentando atendê-los – mas é um problema enorme. O que isso significa é que os líderes políticos em muitos governos estão vendo que este é o caminho certo. Acho que eles percebem o potencial do ensino à distância, de colocar mais informações à disposição das suas populações. Os custos de se fazer isso são muito altos, os setores público e privado encontrarão desafios para encontrar novos resultados e novas equações.

**Hurley:** Uma das diferenças significativas, no momento, para os países em desenvolvimento, é que as barreiras para a sua atuação como editores e emissores de informação foram grandemente reduzidas, graças à Internet. Eles podem entrar na Web e editar e transmitir para o mundo. A busca de conteúdo inovador e de alta qualidade não vai diminuir de modo algum, nem mesmo nos países desenvolvidos. É assim que as pessoas querem que seja, e muitos países em desenvolvimento podem oferecer conteúdo que é diferente, embora atraente, do que se vê nos mercados ocidentais, e do tipo de conteúdo em grande escala que se encontra disponível. O retorno pode não ser tão grande quanto o dos estúdios de Hollywood, mas mesmo assim vale a pena ver esse material e fazer valer direitos de propriedade sobre ele.

*P: As normas de copyright servirão para estimular mais comércio eletrônico ou serão um impedimento? As preocupações, nos Estados Unidos, sobre a erosão de acesso para “uso adequado” procedem?*

**Hurley:** Certamente houve algumas vezes muito fortes dentro da comunidade acadêmica que defendiam um maior acesso à informação. Mas eu acho que as pessoas na comunidade acadêmica se esforçam muito para escrever

todos aqueles artigos importantes ou livros importantes. Eles querem ter a certeza que obterão retorno. Eu acho que se, a qualquer momento, houvesse uma tentativa para tirar esse direito deles, eles ficariam indignados. Portanto eu acho que tudo depende da questão com a qual você está envolvido em um determinado momento.

Certamente, tem havido uma cultura na Internet do tipo “Bem, todas essas coisas estão aí e portanto qualquer um pode usá-las”. Tem sido bem fácil baixar ou copiar as informações. Muita gente está dizendo: “Queremos reivindicar o valor do que estamos colocando no ar”. Está-se prestando muita atenção aos sistemas eletrônicos de gerenciamento de copyright. Há muitos projetos-piloto e protótipos de tecnologia sendo desenvolvidos, tanto por grupos empresariais quanto pela Comissão Européia. Estamos falando de uma coisa que vai acontecer; é natural que as pessoas queiram reivindicar uma parte do valor do seu trabalho, e isso é reforçado pelos regimes tradicionais de propriedade intelectual aos quais estamos acostumados. Portanto, veremos pessoas usando esses tipos de sistemas eletrônicos de gerenciamento de copyright para poder avaliar o acesso das pessoas e receber remuneração.

Uma das coisas que podem se tornar disponíveis e sobre as quais as pessoas não pensam é o potencial para maior acesso, pelo público, a obras protegidas. Por exemplo, talvez você não possa comprar um livro que custa 25 dólares, mas se você puder obter acesso a esse livro e se ele estiver na Web, e se por 50 centavos você puder dar uma olhada no capítulo do qual você mais gosta, esse é um acesso que você não tinha anteriormente. E podemos enumerar muitos exemplos parecidos. Definitivamente existe um potencial para mais acesso, para um número maior de pessoas.

Há, também, muita discussão na comunidade acadêmica dos Estados Unidos, no momento, a respeito dos princípios de uso adequado. Alguns juristas americanos argumentam que a instituição dos sistemas eletrônicos de gerenciamento de copyright invalidaria o uso adequado. Em outras palavras, os proprietários dos direitos mediriam tudo, e portanto, cobrariam tudo.

**Fowler:** Existe interesse em outros países a respeito do processo aqui, no sentido de tentar desenvolver normas sobre o uso educacional adequado no ambiente digital da Internet. Os conceitos que temos de uso adequado não serão restritivos, mas, na verdade, terão o efeito de expandir o uso adequado em muitos países que têm tido

uma jurisprudência muito restrita. Eu analiso muitas leis e muitas mudanças nas leis em outros países, e posso ver isso regularmente. À medida que vão passando por mudanças nas suas leis de copyright para que as mesmas fiquem em conformidade com o TRIPS ou apenas para atualizá-las de modo geral, os países estão adotando o que são, na verdade, conceitos americanos de uso adequado nas suas próprias estruturas estatutárias. Portanto, eu acho que, na verdade, nós estamos expandindo o uso adequado em escala global em vez de vê-lo restrito nos Estados Unidos. Ironicamente, eu acho que a questão real referente ao uso adequado no futuro – seja em sistemas de gerenciamento de informação de copyright, criptografia, ou outros tipos de proteções – é se o uso adequado é um direito de acesso às obras. Tenho certeza de que alguns participantes do debate atual gostariam de sugerir que uso adequado significa acesso, ao contrário da visão mais tradicional segundo a qual ele é uma defesa afirmativa contra a infração.

**Hurley:** Isso mesmo. Eu acho que há pessoas que argumentam que uso adequado é o direito de acesso. Se você é um professor em Ohio e pode pagar 10 centavos na Internet para mostrar alguma coisa aos seus alunos, isso é uso adequado? Eu acho que sob a jurisprudência dos Estados Unidos, atualmente, podemos dizer que sim. Portanto, ainda há muito o que fazer nesse campo.

**Smith:** Existe um mal-entendido fundamental sobre o que é uso adequado. Se você coloca obras à disposição, no mercado, por meios que nunca foram usados anteriormente, por exemplo, vendendo pequenos trechos de livros por pequenas quantias em relação ao valor integral, a norma da Convenção de Berna diz que não há isenção para o direito de reprodução se essa exceção interromper a exploração normal da obra. Até o início da era digital, não havia meio de obter acesso a pequenas partes de uma obra – a não ser que a pessoa simplesmente se apoderasse delas – porque elas não se encontravam à disposição para licenciamento. Agora criamos um sistema no qual as pessoas podem obter um retorno do valor da sua obra em pequenos incrementos.

Os bibliotecários e a comunidade educacional acham que isso, de alguma forma, está fundamentalmente errado. Eles poderiam obter isso de graça antes, em um mundo onde essas coisas, de qualquer maneira, não estavam sendo vendidas. Mas eu acho que o que nós temos agora é a capacidade – talvez você tenha que pagar por isso, mas há toneladas de informação por aí, muito mais de que em qualquer outra época. Não existe nada fundamentalmente

errado em ter que pagar por uma coisa que outra pessoa criou. Acho que simplesmente, existe muito medo por aí. Eu não acho, por exemplo, que os proprietários do copyright criptografariam tudo. Não faria sentido criptografar tudo. As pessoas não saberiam qual é o conteúdo da obra. Isso está sendo debatido no Congresso agora, e seria interessante verificar o desfecho da questão.

**Hurley:** Além disso é preciso assumir um mercado competitivo se o meu conteúdo for caro demais. Se eu cobrar 25 centavos por página, outra pessoa vai escrever alguma coisa e cobrar 10 centavos por página, e o que ele (ou ela) oferecer vai ser quase a mesma coisa ou melhor. Portanto, acho que veremos muito mais concorrência em tempo real. A tecnologia vai tornar isso muito mais fácil.

**Fowler:** Isso significa que a proteção do copyright nesse caso está realmente sendo orientada pelo potencial de comércio eletrônico.

**Hurley:** Eu não tinha pensado no assunto dessa forma. Acho que as pessoas estão se concentrando nos aspectos negativos das obras protegidas por copyright que vão aparecer na Web. Mas definitivamente existem aspectos positivos tanto para produtores quanto para usuários.

**Smith:** Não devemos nos esquecer de que vai demorar muito até que o material protegido por copyright esteja disponível, em geral, na Internet. A maior parte desse material estará em um meio físico ainda durante alguns anos. Alguns livros e filmes vão migrar para o contexto eletrônico. Mas muitas coisas ainda estarão disponíveis onde as regras normais de uso adequando se aplicam, como estavam no passado.

*P: O que o contexto de propriedade intelectual significará daqui a 10 anos? De que forma ele será diferente do que é hoje? O delicado equilíbrio entre os inovadores e o público pode ser mantido em uma economia global e um mundo conectado em rede?*

**Sherwood:** Você começará a ver as pessoas nos países em desenvolvimento tomarem uma posição no processo político e exigirem uma proteção mais forte, e exigirem que os seus direitos sejam respeitados. E quando isso acontecer haverá um debate político de melhor qualidade, mais bem equilibrado.

Com o tempo – estamos falando de um horizonte de tempo de talvez 10 a 15 anos – haverá uma demanda local, crescente, de direitos à propriedade intelectual, em muitos países. Esta é provavelmente a melhor esperança

para a construção da base técnica de um país e o suporte para a criatividade local que, obviamente, existe.

Eu acho que a grande dificuldade será os sistemas jurídicos. Aproximadamente 80 por cento dos países no mundo possuem sistemas jurídicos que, na verdade, não são capazes de fazer valer os direitos à propriedade intelectual. Trata-se de uma área da lei muito complicada e muito esotérica, e ela requer um nível de conhecimento que os juízes geralmente não possuem, nem mesmo neste país. É difícil dizer o que acontecerá à medida que os sistemas de propriedade intelectual forem criados e os direitos estiverem disponíveis mas sua observância ainda não puder ser assegurada. Em muitos lugares, é difícil argumentar que o sistema jurídico deve ser elevado a um nível mais alto de eficiência, apenas para que se possa proteger melhor a propriedade intelectual. Há tantas outras questões que os países enfrentam, que para mim é muito importante apresentar o argumento mais amplo de que os sistemas jurídicos em geral precisam ser aperfeiçoados devido a vários fatores, incluindo a propriedade intelectual.

Em conjunto com um economista do Banco Mundial, tenho estudado a questão dos prejuízos para a economia de um país quando o seu sistema jurídico não funciona. No Brasil, uma equipe de consultoria criou uma metodologia para medir a influência isolada dos sistemas jurídicos ineficazes sobre o desempenho econômico do país. Eles concluíram o seu trabalho recentemente e descobriram que a tendência de crescimento no Brasil é prejudicada em 20 por cento, e essa influência é diretamente atribuída ao sistema jurídico ineficaz. Essa metodologia está sendo aplicada ao Peru, e espera-se que ela também seja aplicada a alguns outros países para que possamos saber qual é a ordem de grandeza do prejuízo que os países têm, devido ao mau desempenho de um sistema jurídico. Na verdade, o que tradicionalmente tem sido uma espécie de abordagem ética ou moral em relação à reforma jurídica, passa a ser uma avaliação com base em fatores econômicos. Com isso, todo um conjunto de novas mentalidades passa a trabalhar na questão da importância de se possuir um poder judiciário que funcione bem. Dentro dessa estrutura geral, estamos começando a descobrir que pode ser possível determinar quais são os fatores de mau funcionamento que, no momento, mais contribuem para prejudicar o desempenho econômico. No estudo do Brasil, descobriu-se que atrasos longos e injustificáveis nos processos legais eram a causa isolada que mais contribuía para o prejuízo encontrado.

Eu acho que se essa abordagem em relação aos sistemas jurídicos puder ser estabelecida mais amplamente ela transformará a questão em uma questão econômica. A elite em muitos países, que tem se beneficiado dos sistemas jurídicos fracos, começará a perceber que está perdendo dinheiro devido a essa fraqueza, e isso pode começar a criar um consenso mais amplo de que é preciso dar um jeito nos sistemas jurídicos. E isso, por sua vez, ajudaria a promover não apenas a propriedade intelectual como também muitos outros fatores como os investimentos e uma disciplina burocrática maior. Até mesmo a legislação melhoraria se os sistemas jurídicos funcionassem melhor e tivessem uma noção melhor da sua própria importância.

**Smith:** A indústria de software tem feito estudos regionais para tentar estimar o que os governos perdem em receita fiscal com vários índices de pirataria. Na América Latina, e no Oriente Médio, os governos estão perdendo quantias enormes por estarem permitindo a ocorrência de altos índices de pirataria. Isso é fácil de entender. Os piratas não pagam impostos. As empresas legítimas pagam. Isso é o que você perde se você tem esse tipo de índice de pirataria. Essa tem sido uma maneira muito eficaz de forçar ministros da economia e outros líderes políticos a começar a repensar os aspectos econômicos da pirataria e o papel positivo que a proteção intelectual pode desempenhar nos seus países. □

---

## ❑ PROPRIEDADE INTELECTUAL NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

---

*Observações de visitantes que são especialistas em propriedade intelectual*

*Após o acordo TRIPS e a rápida globalização da economia mundial, existe um consenso cada vez maior, tanto entre os países desenvolvidos quanto entre os países em desenvolvimento, de que a proteção da propriedade intelectual é um componente vital para o desenvolvimento econômico e para a prosperidade. No entanto, o nível no qual os padrões de propriedade intelectual estão sendo fortalecidos em termos práticos difere de um lugar para outro — e freqüentemente varia consideravelmente, mesmo dentro de um determinado país.*

*Os editores de Perspectivas Econômicas pediram a quatro peritos em propriedade intelectual, com experiência recente em países em desenvolvimento, que compartilhassem suas observações e experiências sobre os desafios e oportunidades para a promoção da propriedade intelectual nesses países. O que cada um deles diz reflete a sua própria opinião.*

---

*Ralph Oman é advogado no escritório de advocacia Dechert, Price & Rhoads em Washington, D.C. Além disso, ele leciona sobre propriedade intelectual e legislação sobre patentes na Faculdade de Direito da Universidade George Washington. Ele passou duas semanas no Sri Lanka em 1998, como convidado do Conselho de Informática do Sri Lanka.*

O Sri Lanka é um país muito especial, com um futuro brilhante. Em uma recente visita de duas semanas, falei com algumas das pessoas melhores e mais inteligentes de lá. A boa notícia é que esses homens e mulheres chegaram à conclusão de que fortes medidas de proteção à propriedade intelectual — para patentes, copyrights, e marcas comerciais — incentivarão o crescimento econômico e o desenvolvimento cultural.

O Sri Lanka tem uma longa tradição de poesia e literatura popular, e seus escritores contemporâneos têm histórias únicas para contar. Na verdade eu me encontrei e conversei com Romesh Gunasekera, que foi um dos autores indicados para o Prêmio Booker de 1994. Ele me disse que está ao mesmo tempo orgulhoso e agradecido pelo fato de que já existem fortes medidas para a proteção dos direitos autorais dos seus livros no Sri Lanka. A literatura, poesia, arquitetura, arte, e música do país

representam um alto nível de realização artística. O futuro da indústria de cerâmica do Sri Lanka também é promissor — um futuro que dependerá cada vez mais da proteção de copyright. A mesma coisa acontece com a indústria de bordados e estamperia em tecidos. E os magos da computação cingaleses já estão criando software para o mercado mundial. Algumas das empresas internacionais mais conhecidas estão aguardando, prontas para fazer grandes investimentos no Sri Lanka, assim que o país colocar suas leis de propriedade intelectual em ordem.

Apesar de todas essas vantagens, entretanto, a pirataria de software, filmes, e música continua, e essa atividade prejudica os criadores cingaleses muito mais do que prejudica as empresas estrangeiras. Embora as empresas estrangeiras percam dinheiro devido à pirataria, elas sempre têm acesso a outros mercados. Por outro lado, os criadores do Sri Lanka têm muito menos alternativas, e a pirataria destrói a maneira que eles têm de ganhar a vida. Sem proteção de copyright, uma programadora de computador cingalesa tem problemas em dois níveis. Primeiro, ela não pode competir contra uma versão barata, pirateada de um pacote de software americano. Segundo, mesmo se pudesse fazer com que o seu programa fosse publicado, ela não poderia impedir os seus próprios compatriotas de roubar o seu trabalho. Da mesma forma que o dinheiro ruim tira o dinheiro bom do mercado, os produtos pirateados deslocam os produtos legítimos, seja qual for a sua nacionalidade. Portanto, os criadores cingaleses não podem pagar o aluguel e nem alimentar seus filhos. Isso é ruim para eles, ruim para o país, e ruim para o comércio mundial.

O copyright dá aos homens e mulheres criativos — e às empresas que os contratam — fortes incentivos para investir tempo e dinheiro na criação de livros, software, filmes, arte e música. Um perito em copyright de Gana interpreta a situação dessa forma: “Para que semear se outros podem colher?” Em um ambiente onde há forte proteção ao copyright, a música, a literatura, a arte e a ciência podem florescer.

Uma nova lei de copyright no Sri Lanka significaria um reconhecimento de que não há futuro na pirataria. Os piratas são parasitas de baixa tecnologia. Uma empresa de software de Sri Lanka que crie programas feitos sob encomenda para as necessidades do país e de suas empresas seria um forte concorrente para as empresas do Vale do Silício — mas somente se o seu software for protegido. E esta empresa local pagará impostos, e empregará mais gente, com melhores salários, e em empregos tecnologicamente muito mais sofisticados e satisfatórios do que uma firminha de fundo de quintal cujos produtos são disquetes pirateados. Em um mercado sem pirataria, o software cingalês fará com que o software estrangeiro seja vendido a um preço mais baixo. É assim que a concorrência funciona.

Um dos diretores de cinema mais conhecidos do Sri Lanka, Vishwaneth Keerthisera, tem um problema sério: a concorrência de fitas de videocassete piratas. Em uma recente cerimônia na qual foi homenageado por um de seus filmes, ele disse: “O meu melhor prêmio será minha capacidade de exibir o filme para um cinema lotado. Se eu puder atrair o público para ver o meu filme, este será o meu prêmio de verdade.”

O mesmo acontece com as patentes. Sem uma forte proteção, os inventores não podem encontrar o apoio financeiro de que precisam para comercializar suas idéias inovadoras. O inventor cingalês P. N. Nandadasa desenvolveu uma técnica de embalagem usando casca de coco que não agride o meio ambiente e, tendo obtido a patente, fez do seu produto um sucesso comercial. Com a proteção internacional às patentes, sua idéia deverá realmente decolar.

O Sri Lanka decidiu atualizar as suas leis de propriedade intelectual. Com essas mudanças, o país se estabelecerá como um líder na proteção da propriedade intelectual, tornando-se um exemplo para os seus vizinhos, e como um ávido incentivador para os seus próprios cidadãos de talento. Com um forte regime para a proteção de autores e inventores, o Sri Lanka se destacará como um alvo atraente para o investimento estrangeiro neste ano do seu jubileu de ouro, e também por muitos anos no futuro.

---

*Judith M. Saffer é presidente da Sociedade de Copyright dos Estados Unidos e diretora jurídica assistente da Broadcast Music, Inc. (BMI) em Nova York, uma das maiores agências de copyright de música do mundo. Ela participou de uma conferência regional sobre direitos de propriedade intelectual*

*realizada em Cotonou, Benin, em 1997.*

A finalidade dessa conferência foi desenvolver uma estratégia para combater a pirataria da propriedade intelectual na África Ocidental. As atenções se concentraram basicamente na música; os participantes consideraram várias formas de reduzir a reprodução não autorizada da música e de estimular a cooperação regional.

A maior parte dos participantes da conferência reconheceu que as pessoas que criam e comercializam propriedade intelectual devem ser compensadas — pelo menos teoricamente. Na prática, os avanços tecnológicos facilitam a pirataria, e combatê-la nos mercados emergentes é uma tarefa particularmente difícil.

No entanto, existe uma consciência cada vez maior, nos países em desenvolvimento, de que a proteção para os criadores e empreendedores não apenas atenderá os interesses das nações industrializadas, mas também será benéfica para as suas próprias economias. Nos mercados emergentes, é imperativo que se estimule a criatividade. Se os países quiserem promover o progresso econômico nacional, a proteção adequada deverá estar disponível para os proprietários da propriedade intelectual, seja o criador um cidadão daquele país ou um cidadão ou entidade estrangeiro(a).

Não há dúvida de que o ato de proporcionar proteção para a propriedade intelectual beneficia os criadores. O que é mais difícil nos países em desenvolvimento é convencer as autoridades governamentais de que todos ganham quando há um nível razoável de cumprimento das leis de propriedade intelectual.

Quando os incentivos econômicos são inadequados, os países em desenvolvimento têm dificuldade de atrair investimentos estrangeiros para as suas indústrias incipientes. Sem o cumprimento adequado das leis de copyright, marcas comerciais, e patentes, a infração, a pirataria, e a apropriação indébita são endêmicas. Nessas circunstâncias, os investidores relutam em financiar novas empresas. As indústrias de televisão, cinematográfica, e fonográfica — que dependem muito da propriedade intelectual — florescem em muitos países. No entanto, essas mesmas indústrias hesitam em exportar produtos ou investir no desenvolvimento de novos produtos nos lugares em que a proteção é ignorada. Nos países com leis de propriedade intelectual fracas e onde o cumprimento das leis é fraco, não há oportunidade para o

estabelecimento de redes de distribuição e nem para o desenvolvimento de especialização e know-how em licenciamento. Na verdade, o argumento de que os países menos desenvolvidos não podem pagar cópias “legítimas” de propriedade intelectual reflete uma visão medíocre e contraproducente.

No entanto, talvez o motivo mais importante para se proteger a propriedade intelectual é que, sem as leis adequadas e sem uma atitude agressiva no cumprimento dessas leis, um país tem muito menos chances de ser capaz de desenvolver as suas próprias indústrias de propriedade intelectual. Os criadores intelectuais precisam ser economicamente recompensados e precisam ter a garantia de que suas criações serão protegidas. Além do mais, os empreendedores locais nos países em desenvolvimento precisam de uma garantia de que seus esforços e investimentos serão defendidos daqueles que querem explorá-los sem remuneração. Resumindo, os criadores precisam sentir que se forem bem sucedidos, serão capazes de ganhar a vida com o seu trabalho.

Após longas reuniões e muitos debates, os participantes da conferência de Cotonou conseguiram preparar um relatório e adotar uma declaração que pode reduzir a pirataria e a execução não autorizada da música na África Ocidental. A declaração pede a criação de comissões nacionais de propriedade intelectual e a criação de sociedades independentes de cobrança que licenciem a música para a mídia e receba os royalties. Agora teremos que ver se os participantes da conferência serão capazes de convencer seus respectivos governos da importância de erradicar a pirataria. Muitos países da África já possuem leis adequadas de copyright. A questão é se o cumprimento dessas leis é suficientemente assegurado, tanto por meio de penalidades cíveis e criminais, e se os países da região concordarão em adotar regulamentos a respeito de controles de fronteira para impedir materiais não-conformes de ir de uma nação para outra.

---

*Karl F. Jorda é o professor David Rines de Legislação de Propriedade Intelectual e Inovação Industrial no Centro de Advocacia Franklin Pierce, em Concord, New Hampshire. Ele proferiu uma série de conferências no Paquistão em 1997, sobre os benefícios econômicos da proteção da propriedade intelectual.*

Quando visitei o Paquistão, tive a oportunidade de me dirigir a uma variedade de grupos de área empresarial e da comunidade legal, de conceder uma série de entrevistas

para a mídia, e de visitar escritórios de advocacia, editoras, e os escritórios paquistaneses de patentes, marcas comerciais, e copyright.

Com o tempo, cheguei a algumas conclusões básicas a respeito do papel dos direitos à propriedade intelectual, e tentei passar algumas dessas observações ao meu público-alvo no Paquistão.

Um sistema eficaz de propriedade intelectual é indispensável para o desenvolvimento tecnológico e cultural — o qual, por sua vez, é indispensável para o crescimento econômico e para o bem-estar social. Por esse motivo, a proteção da propriedade intelectual deve fazer parte da infra-estrutura de um país desde o início, em vez de ter a sua implementação postergada até que o país tenha atingido um estágio mais avançado de desenvolvimento.

Os direitos à propriedade intelectual não beneficiam apenas as empresas estrangeiras; eles podem beneficiar os cidadãos de qualquer país. Afinal, existe engenho e criatividade em todos os lugares, e essas qualidades precisam ser incentivadas.

Há também uma forte ligação entre a quantidade de investimentos que um país pode gerar e a qualidade dos seus sistemas de propriedade intelectual. A transferência de tecnologia, o licenciamento, e o investimento são muito mais fáceis de se realizar quando há um forte esquema de proteção de patentes e copyright em funcionamento.

Vários grupos aos quais eu me dirigi no Paquistão estavam céticos. Alguns argumentaram que o nível de comprometimento com os direitos de propriedade intelectual em qualquer país devem ser de acordo com o grau de desenvolvimento econômico. Outros disseram que uma legislação mais forte de propriedade intelectual restringiria o acesso de milhões de pessoas pobres a medicamentos de que elas precisam. Um jornal noticiou um discurso que fiz em Lahore, sugerindo que “a proteção dos direitos à propriedade intelectual era uma questão que atraía mais interesse dos países desenvolvidos do que a proteção dos direitos básicos”. Esta, certamente, não é a mensagem que eu quis transmitir.

No entanto, a conclusão de que a proteção inadequada da propriedade tem efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico do Paquistão está começando a se firmar. O diretor de uma gravadora de

Islamabad me explicou como a pirataria estava levando as gravadoras e editoras locais à falência. O número de empregados da sua empresa havia sido reduzido de 400 para apenas 11; outra empresa havia fechado recentemente.

Entre os problemas que o Paquistão enfrenta ao atualizar a sua proteção à propriedade intelectual são órgãos governamentais de propriedade intelectual com recursos financeiros limitados e número insuficiente de funcionários, falta de ensino do assunto nas universidades, e um sistema jurídico complicado que determina indenizações apenas simbólicas e punições leves, nos casos de pirataria. No entanto, algumas pessoas com as quais tive contato achavam que o clima para a proteção da propriedade intelectual estava melhorando. Elas disseram que leis melhores estavam sendo aprovadas, mais blitzes antipirataria estavam sendo feitas, e havia uma maior conscientização por parte dos órgãos governamentais da importância da propriedade intelectual para incentivar o desenvolvimento econômico e o investimento estrangeiro.

---

*Salli A. Swartz é advogada especializada em legislação de propriedade intelectual, do escritório de advocacia Masson, Pieron, Swartz, Baaucourt & Associates, em Paris. Ela esteve em Madagascar em 1997.*

Quando estive em Madagascar, conduzi uma série de seminários, workshops e palestras sobre questões referentes à propriedade intelectual. Conheci uma grande variedade de malgaxes, incluindo autoridades governamentais, jornalistas, executivos de rádio e televisão, empresários e advogados. Além disso, eu distribuí centenas de páginas de documentos, assim como os formulários necessários para o pagamento de royalties.

Eu queria aprender o máximo possível sobre a situação, para poder oferecer aos meus diferentes públicos-alvo um conceito funcional de direitos de propriedade intelectual e ajudá-los a encontrar soluções práticas para os problemas que eles estavam enfrentando. Embora Madagascar tenha, no papel, as leis de propriedade intelectual mais completas que eu já examinei, em conjunto com um órgão governamental tradicional para a proteção dos direitos dos artistas, ainda existe um certo nível de incompreensão a respeito do conceito de posse de direitos de propriedade intelectual e a respectiva obrigação de obter autorização e efetuar pagamentos pelo uso de direitos sobre a música e o cinema. Durante entrevistas

no rádio e na televisão, a primeira pergunta que sempre me faziam era “O que são os direitos de propriedade intelectual?”

Eu estava particularmente interessada em descobrir mais a respeito dos problemas que Madagascar estava tendo para fazer com que suas leis de propriedade intelectual fossem cumpridas, pois quanto mais eu permanecia no país, mais óbvio foi ficando para mim que o principal problema em relação à propriedade intelectual em Madagascar era o cumprimento da lei. Pelo que ouvi, as infrações ocorriam quase diariamente, tanto no setor público quanto no setor privado.

Por exemplo, descobri que certas emissoras de televisão freqüentemente compravam fitas de vídeo de filmes conhecidos, americanos ou franceses, e as colocavam no ar. Um advogado que representava uma emissora privada de televisão alegou não saber da obrigatoriedade de pagar royalties e disse, ainda, que não sabia a quem tais royalties deviam ser pagos e nem como pagá-los. Descobri que Madagascar não possui cinemas, e que por isso, fitas de vídeo de filmes populares freqüentemente são exibidas em locais públicos. Uma pessoa que conheci expressou uma preocupação: se fosse preciso pagar royalties, as exibições públicas de vídeo não ocorreriam mais e as crianças ficariam sozinhas na rua. Outro advogado explicou que muitos juízes desconheciam a legislação de propriedade intelectual do país. Mesmo quando alguém os alertava sobre o conteúdo da legislação, eles hesitavam em fazer com que ela fosse cumprida.

Os funcionários públicos com os quais conversei pareciam estar cientes dessas violações mas estavam um pouco frustrados pela sua incapacidade de fazer qualquer coisa a respeito da situação. Um fator complicador que eles citaram era a grande rotatividade entre os ministros, o que tornava ainda mais difícil a tarefa de promulgar a legislação eficaz que esses funcionários consideravam necessária para que a lei fosse cumprida. Eu discordei da necessidade de criar mais leis antes de tomar outras atitudes positivas, mas também compreendi que as mudanças na liderança política podem, de fato, complicar o cumprimento eficaz da lei.

Quando eu falava com o meu público-alvo em Madagascar, eu fazia questão de dizer que as violações da propriedade intelectual eram prejudiciais para a situação econômica do país. No entanto, como a economia do país estava enfrentando toda uma série de desafios urgentes, era difícil convencer os funcionários públicos

com os quais conversei da urgência de se tomar medidas para garantir que os direitos à propriedade intelectual fossem respeitados. Como era de se esperar, muitos desses funcionários dedicavam-se a resolver os problemas que eles consideravam mais urgentes, como a educação e a construção de infra-estrutura básica, como estradas, telefones, e eletricidade fora das principais cidades.

No entanto, as conseqüências do relaxamento no cumprimento da legislação de propriedade intelectual já estavam se fazendo sentir. Fui informada de que vários artistas malgaxes da área musical estavam extremamente frustrados devido à sua incapacidade de receber royalties quando suas músicas eram reproduzidas no rádio. Segundo as informações que obtive, alguns já haviam se mudado de Madagascar, e outros estavam pensando seriamente em deixar o país.

A maioria dos grupos aos quais me dirigi parecia sensível ao argumento de que a maioria das empresas do ramo farmacêutico não pensaria em investir em Madagascar (que é rico no que se refere à fauna e à flora) se os direitos à propriedade intelectual não fossem respeitados. Eu também chamei a atenção para a perda de investimento em potencial por parte de indústrias do vestuário e outros fabricantes do exterior devido à percepção de que os direitos à propriedade intelectual, como as marcas comerciais, não seriam protegidos com eficácia. E embora Madagascar seja um país em desenvolvimento, eu disse aos meus convidados que o país deve cumprir suas obrigações internacionais estipuladas no acordo TRIPS.

Depois que saí do país, fui informada de que duas emissoras privadas de rádio haviam preenchido os formulários para o pagamento de royalties e que a Ordem Malgaxe de Jornalistas ia lançar uma campanha de informação a respeito dos direitos à propriedade intelectual. Vários meses após a minha visita, um jornalista francês me enviou um bilhete, após visitar o país em nome do governo francês, informando que as questões que levantei ainda estavam sendo debatidas publicamente.

---

*Steven Robinson é advogado em Nova York especializado em legislação de propriedade intelectual. Em 1998 ele passou um mês no Vietnã, onde apresentou uma série de conferências e seminários para professores e alunos de direito, para a comunidade empresarial, economistas e funcionários públicos.*

O Vietnã, na área de direitos à propriedade intelectual, e em muitas outras áreas, é cheio de contradições. Aliás, eu já sabia o que podia esperar. Mesmo assim, foi impossível sair desse país inteligente, amigável, e de população trabalhadora sem me sentir otimista. O ambiente atual no que diz respeito à propriedade intelectual e à legislação da informação no Vietnã é, basicamente, uma demonstração, no nível nacional, de porque os direitos à propriedade intelectual são chamados, genericamente, de “direitos econômicos”. Um número cada vez maior de empreendedores deve o seu sucesso, em parte, à adoção e ao uso de marcas comerciais, que são legalmente protegidas pela lei do Vietnã. Mas a violação de marcas bem sucedidas e conhecidas é muito freqüente, e o cumprimento da lei é falho. Há também uma crescente indústria de software no Vietnã. No entanto, devido à proteção legal de copyright em software e em outras obras, há software pirateado em todos os lugares.

Freqüentemente se ouve dizer que o Vietnã é diferente e que os princípios dos direitos à propriedade intelectual que foram úteis no desenvolvimento de outras economias nacionais não são aplicáveis aqui. Mas a observação dá margem a uma interpretação incorreta, e para grandes áreas da economia, simplesmente não é verdadeira.

Primeiro, vale a pena examinar o caso da La Vie, a marca que se estabeleceu como líder de mercado no ramo de água mineral no Vietnã, e o alvo constante de múltiplas e flagrantes violações da sua marca e identidade visual. No norte do país, onde as garrafas que apresentam violações são mais comuns, qualquer pessoa que pede uma garrafa de La Vie provavelmente receberá uma garrafa com o rótulo de La Vi, Le Vile, Le Vu, La Vio Le, os nomes mais conhecidos, La Ville e La Villa; todas elas apresentam imitações muito bem feitas do design do rótulo da La Vie e da decoração da garrafa. Em uma turma de aproximadamente 100 alunos de direito para os quais lecionei em meados de abril, toda a turma, sem exceção, tinha, em uma ou outra ocasião, adquirido uma garrafa de água que violava o nome comercial da La Vie, a sua identidade visual, ou ambas as coisas

A La Vie se tornou a líder do mercado porque atende ou excede os requisitos de pureza de água determinados pelo governo do Vietnã. A empresa coloca uma análise do conteúdo mineral no painel lateral do rótulo da sua garrafa. Seus concorrentes não são tão cuidadosos com os detalhes. Apesar dos esforços contínuos e bem divulgados da empresa, o cumprimento da legislação referente aos direitos da marca comercial da La Vie tem sido no

mínimo irregular e, freqüentemente, o mesmo grupo de infratores que pára de usar uma imitação da La Vie simplesmente começa a usar outra. Como os advogados da área de marcas comerciais de qualquer país podem confirmar, não há nada como o sucesso para inspirar violações. Mas nesse caso, a freqüência das imitações que causam confusão não é apenas uma questão de avaliar os danos causados pela violação da legislação de marcas comerciais. Há considerações importantes, referentes à saúde pública e aos custos públicos a ela associados.

Um segundo exemplo é um desenvolvedor de software da Cidade Ho Chi Minh cuja empresa lançou o seu primeiro aplicativo para o mercado de massa, um produto na língua vietnamita, e vendeu 5.000 cópias. O diretor também estima que há 60.000 cópias piratas do programa em circulação no Vietnã. O interesse pelo copyright em software, assim como em outras formas de trabalho tipicamente protegidas pelo copyright, existe de acordo com a lei do Vietnã. Porém, mais uma vez, falta cumprir a lei.

Baseado nisso, o motivo para otimismo a respeito das leis de propriedade intelectual no Vietnã pode não ser óbvio. No entanto, esses exemplos mostram que as forças econômicas que suportam o maior reconhecimento e o respeito pela propriedade intelectual estão em ação no Vietnã. Apesar do ambiente no qual o cumprimento da lei é ineficaz, a La Vie conseguiu estabelecer o reconhecimento, em âmbito nacional, da sua marca de água mineral. Os consumidores, agora, contam rotineiramente com o nome La Vie ao tomar decisões de compra. No segundo caso, tantas pessoas estavam dispostas a pagar mais por uma cópia autorizada de software produzido no país que o desenvolvedor conseguiu cobrir os seus custos, apesar da pirataria generalizada.

Existe atraso no cumprimento da legislação de propriedade intelectual, porque só agora ele está se tornando uma prioridade. Menos de 10 anos atrás, havia fome no Vietnã, e em algumas áreas, a memória dessa época ainda está viva. Naqueles dias, os interesses econômicos da maioria das pessoas eram simplesmente fundamentais demais para permitir que as considerações de propriedade intelectual tivessem alguma importância. Uma venda, qualquer venda, fosse ela de um produto com marca comercial genuína ou falsificado, de uma cópia autorizada de software ou uma versão pirata, significava comida para uma família. Simplificando, em uma economia de subsistência, os direitos de propriedade

intelectual são um luxo.

Mas agora isso é passado. Hoje o Vietnã é um dos maiores exportadores de arroz do mundo. Em tal clima, os direitos da propriedade intelectual são cada vez mais reconhecidos como importantes, e, para algumas pessoas, como ferramentas essenciais para a continuidade do desenvolvimento.

Em 1996, o Vietnã instituiu um novo Código Civil que proporciona proteções substanciais para os direitos de propriedade intelectual. Em junho de 1997, o Vietnã assinou um acordo bilateral de copyright com os Estados Unidos no qual prometia reconhecer os direitos dos proprietários de copyright dos Estados Unidos cujas obras fossem publicadas ou distribuídas no Vietnã. Os direitos básicos à propriedade intelectual, agora, estão instituídos, e há um reconhecimento geral de que o próximo conjunto de desafios referentes à propriedade intelectual no Vietnã está no cumprimento da lei.

Reformas substanciais se fazem necessárias. Os proprietários dos direitos precisam ter a certeza de que há um mecanismo de defesa, seja por meio de órgãos administrativos, dos tribunais, ou ambos, para coibir violações e determinar o pagamento de indenizações, e para resolver disputas de propriedade e outras questões. No momento, a imprensa diz que os funcionários públicos que tratam das infrações “solicitam” a interrupção da atividade ilegal. O cumprimento eficaz da lei começará assim que essas “solicitações” forem substituídas por ordens com força de lei, emitidas pelas autoridades competentes, determinando que as violações aos direitos de propriedade intelectual parem sob pena de punições significativas, na esfera cível, criminal e administrativa.

Parece que existe um incentivo para realizar essas reformas, à medida que as indústrias de bens de consumo, comunicações, entretenimento, e editorial crescem e fazem uma contribuição maior para a economia do Vietnã. Em 1994, os tribunais do Vietnã emitiram o seu primeiro julgamento a favor de uma vítima de violação de copyright, um compositor, arranjador e intérprete da Cidade Ho Chi Minh, e o tribunal determinou que fosse paga uma indenização. Pelos padrões dos países desenvolvidos, o valor da indenização é desprezível, mas foi estabelecido um precedente. Resumindo, agora que os direitos à propriedade intelectual estão tendo um impacto econômico maior, há motivos para crer que um consenso para as reformas políticas, administrativas, e legais,

necessárias para melhorar o cumprimento da lei, crescerá. Nos programas em que eu lecionei, os participantes fizeram mais perguntas sobre como os esforços do governo poderiam ser melhorados do que a respeito de qualquer outro assunto.

Resumindo, a experiência do Vietnã com a propriedade intelectual está começando a se parecer com a de outras economias de mercado. Isso é uma boa notícia, pois significa que o Vietnã pode se beneficiar da experiência de outros países para desenvolver o seu sistema de proteção aos direitos de propriedade intelectual e do cumprimento da respectiva legislação. Isso também significa que as lições aprendidas no desenvolvimento da infra-estrutura de direitos de propriedade intelectual do Vietnã podem proporcionar uma visão importante sobre como e quando esta importante área do direito pode ter um papel no desenvolvimento econômico de outros países. □

## □ A MEDIDA “SPECIAL 301” NOS ESTADOS UNIDOS

---

"Special 301" é a parte da legislação comercial dos Estados Unidos que requer que o Representante Comercial dos Estados Unidos [U.S. Trade Representative] (USTR) identifique os países que negam a proteção adequada aos direitos de propriedade intelectual (IPR) ou que neguem acesso justo e igual ao mercado para as pessoas dos Estados Unidos que contam com os IPR. Uma vez "identificado", o país pode sofrer sanções comerciais bilaterais por parte dos Estados Unidos se não forem feitas as modificações para tratar das questões levantadas pelos Estados Unidos.

De acordo com a medida Special 301, os países que têm ou executam os atos, políticas ou práticas mais condenáveis e notórios(as), ou cujos atos, políticas, ou práticas têm o maior impacto adverso (real ou potencial) sobre certos produtos dos Estados Unidos e que não estiverem conduzindo negociações em boa fé para tratar desses problemas, devem ser identificados como "países estrangeiros com prioridade."

O USTR deve decidir que países serão identificados a cada ano em uma análise da Special 301 que é emitida 30 dias após a divulgação do Relatório anual de Estimativa do Comércio Nacional dos Estados Unidos, que geralmente ocorre em torno de 31 de março. Se um parceiro comercial for identificado como um país estrangeiro com prioridade, o USTR deve decidir, dentro de 30 dias, se deve ou não iniciar uma investigação desses atos, políticas, e práticas que deveriam ser a base para a identificação.

Dentro de seis meses a contar da data em que a investigação é iniciada, o USTR deve determinar - - após investigações e consultas - se as circunstâncias que deram motivo à ação original ainda existem. Se a determinação for afirmativa, o USTR deve decidir se vai tomar alguma providência, e caso afirmativo, que providências serão estas. As providências podem incluir sanções comerciais bilaterais de acordo com a Section 301 da Lei Comercial de 1974. O prazo para fazer essa determinação pode ser estendido até nove meses a partir da data do início se o USTR chegar à conclusão de que há questões complexas ou complicadas envolvidas ou que um progresso

significativo está sendo feito.

O USTR mantém categorias separadas para países sobre os quais os Estados Unidos têm preocupações no que se refere à proteção de IPR, mas que não merecem mais o status de prioridade, ou que não tenham sido classificados dessa forma. Os países com práticas que tenham um impacto menor, mas que mesmo assim são muito sérias, são colocados em uma "lista de observação de prioridade". Esses países são o foco de discussões bilaterais cada vez mais intensas a respeito das áreas problemáticas.

O USTR usa uma "lista de observação" separada para países sobre os quais os Estados Unidos têm preocupações a respeito do ritmo de implementação da proteção de IPR e da provisão de acesso comparável ao mercado para produtos dos Estados Unidos. Existe também uma categoria de "outras observações" para países que têm práticas que preocupam o USTR o suficiente para que sejam mencionados no relatório anual de análise. Na análise anual do USTR a respeito da medida Special 301, os países podem mudar para o status de prioridade ou passar para uma lista diferente, ou podem ser completamente removidos das listas.

Análises isoladas podem ser, e freqüentemente são feitas, a qualquer momento durante o ano. Essas análises são iguais à análise anual regular: Os países com prioridade são identificados, e outros países podem ser acrescentados ou removidos das listas de observação.

No dia 1o. de maio de 1998, o USTR anunciou que, como resultado da análise anual da Special 301, 14 países e a União Européia foram colocados na lista de observação de prioridade, e 30 países e a Região Administrativa Especial de Hong Kong foram colocados na lista de observação. Dezessete outros países foram relacionados na categoria de "outras observações".

O USTR também anunciou que a investigação sobre o Paraguai, em conformidade com a Seção 301, que foi iniciada quando aquele país foi identificado como país com prioridade em janeiro de 1998, continuará. Além disso, o USTR anunciou que os Estados Unidos iniciarão

ações de resolução de disputa, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a Grécia e a Comunidade Européia, por causa da pirataria de programas e filmes da televisão americana. Esta é a 10ª vez que os Estados Unidos entram em uma disputa referente aos IPR dentro da OMC.

Além disso, o USTR declarou que monitorará o cumprimento, por parte da China, dos acordos bilaterais de IPR. Como a China ainda não é membro da OMC o USTR pode passar diretamente para as sanções comerciais se houver falha no cumprimento, por parte da China, dos acordos bilaterais. □

---

---

## ❑ LEGISLAÇÃO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL QUE SE ENCONTRA NO CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS

---

As questões referentes à proteção do copyright na Internet e à extensão do “uso adequado” de materiais protegidos por copyright têm uma posição de destaque na legislação de propriedade intelectual que está, no momento, tramitando no Congresso dos Estados Unidos.

Vários projetos dariam imunidade contra ações por infração de copyright a provedores da Internet e serviços on-line, redefiniriam a maneira pela qual as bibliotecas e arquivos podem fazer cópias de obras protegidas por copyright, e mudariam as leis a respeito do que constitui infração na recepção de programas de apresentação de música.

O equilíbrio entre a proteção dos criadores do conteúdo com copyright, na Internet, e a garantia de que os serviços on-line não serão prejudicados pelo medo de processos foi o assunto de um projeto apresentado pelo senador John Ashcroft, do Missouri. Esse projeto incorporaria uma emenda à lei de copyright dos Estados Unidos, para que pessoas ou grupos que proporcionam acesso à Internet e serviços on-line, sem exercer controle sobre o conteúdo, estariam livres de processos por responsabilidade civil no caso de infrações cometidas por pessoas que compram e usam os serviços.

As disposições de proteção de responsabilidade civil que Ashcroft propôs foram incorporadas a um projeto maior apresentado pela Comissão Jurídica do Senado a todo o Senado no final de abril.

Essas disposições determinam “portos seguros” isentos de responsabilidade civil tanto para os provedores de acesso à Internet quanto para os provedores de serviços on-line em circunstâncias claramente definidas que estimulam o comportamento responsável e protegem os direitos à propriedade intelectual, segundo o senador Patrick Leahy, de Vermont, um dos senadores que apóiam a disposição. Leahy é o membro do partido Democrata que tem a maior autoridade na Comissão Jurídica do Senado.

O projeto, conhecido como Digital Millennium Copyright Act of 1998 [Lei de Copyright Digital do Milênio], também contém disposições que concedem

certas imunidades quando cópias são feitas por bibliotecas e arquivos. O projeto isentaria a biblioteca da obrigação de pagar indenizações em dinheiro no caso de ações por infração de copyright, “se ela não estivesse ciente e se não tivesse razão para crer que seus atos estariam constituindo uma violação,” disse Leahy em um discurso, proferido no dia 5, no plenário do Senado. O projeto também concederia outras facilidades especiais, incluindo a permissão para que as bibliotecas e arquivos qualificados(as) preservassem obras digitais. Além disso, o projeto substituiria a lei atual que determina que as bibliotecas façam somente uma fotocópia para fins de preservação ou substituição. A nova lei permitiria até três versões em qualquer formato – incluindo sob a forma digital.

Até 12 de maio, a legislação ainda não tinha sido objeto de votação do Senado, na sua totalidade. Leis similares ainda não foram submetidas à aprovação pela Câmara dos Deputados. Para se tornar lei, toda legislação precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado, e em seguida, sancionada pelo presidente.

Outro exemplo de legislação que estende as isenções de “uso adequado” para o uso de materiais protegidos por copyright é a Lei Sobre a Justiça no Licenciamento Musical de 1997. Essa legislação foi aprovada pela Câmara dos Deputados em março, como parte da Copyright Term Extension Act.

Essa legislação exclui das leis de infração de copyright a recepção de transmissões de obras musicais não-dramáticas em certas circunstâncias específicas.

A legislação estipula que a recepção de uma emissão pela mídia eletrônica, cabo, satélite ou outro tipo de transmissão, “de uma apresentação ou execução de uma obra musical não-dramática” não é uma infração de copyright, a não ser que uma taxa de admissão seja cobrada para que se possa assistir à apresentação ou execução, ou que a transmissão não seja licenciada quanto à propriedade.

O projeto original tinha como objetivo estender a isenção

de infração se a música fosse ouvida em feiras agrícolas ou de horticultura, exposições, em um estabelecimento comercial quando a finalidade fosse promover dispositivos de áudio, vídeo ou outros; e em acampamentos organizados para crianças, se as crianças cantarem, dançarem ou participarem inteira ou parcialmente, da obra. O texto que finalmente foi incluído no projeto que foi aprovado pela Câmara e foi enviado para o Senado, no entanto, se limita a estipular que o recinto no qual a transmissão deve ser recebida não deverá ter uma área superior a 3.500 pés quadrados (325,5 metros quadrados).

A Sociedade Americana de Compositores, Autores e Editores, um grupo industrial, disse que o projeto “é uma ameaça a toda a comunidade musical americana.” Se esse projeto fosse aprovado, isso significaria que não seríamos pagos quando a nossa música fosse ouvida em bares, restaurantes, e em muitas lojas que vendem no varejo.” O Senado ainda não tomou uma decisão a respeito da Lei Sobre a Justiça no Licenciamento Musical.

Outros projetos pendentes no Congresso se destinam a implementar a participação dos Estados Unidos nos tratados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, concluídos em dezembro de 1996. No Senado, a Lei de Copyright Digital do Milênio contém as

disposições para implementar os dois tratados, o Tratado de Copyright da WIPO [WIPO Copyright Treaty] e o Tratado de Apresentações e Fonogramas da WIPO [WIPO Performances and Phonograms Treaty]. Na Câmara dos Deputados, leis similares para implementar os tratados foram apresentadas no plenário.

Outras questões sobre a propriedade intelectual estão sendo estudadas no Congresso, incluindo a questão dos nomes de domínio. O senador Leahy apresentou um projeto de lei para custear um estudo do Conselho Nacional de Pesquisa para explorar maneiras de melhorar o sistema de atribuição de nomes de domínio na Internet. Uma recomendação do Departamento do Comércio dos Estados Unidos para acrescentar novos nomes de domínio nos níveis mais elevados seria um dos focos do estudo. “O acréscimo de novos nomes de domínio em níveis superiores possibilitaria mais concorrência e faria com que fosse possível, para um número maior de pessoas e empresas, conseguir endereços que refletissem melhor os seus nomes,” Leahy observou. “Mas muitas empresas estão preocupadas com a proliferação de nomes de domínio genéricos de nível superior, o que é compreensível, pois isso pode dificultar a tarefa de proteger suas marcas comerciais contra violações ou diluição.” □

# FONTES DE INFORMAÇÃO

---

## CONTATOS-CHAVE E SITES DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS NA INTERNET

---

Office of the United States Trade Representative  
[Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos]  
600 17th Street, N.W.  
Washington, D.C. 20506 U.S.A.  
Telefone: (202) 586-8800  
<http://www.ustr.gov>

U.S. Department of Commerce  
[Departamento do Comércio dos Estados Unidos]  
Patent and Trademark Office  
[Escritório de Patentes e Marcas Comerciais]  
Office of Legislative and International Affairs  
[Escritório de Assuntos Legislativos e Internacionais]  
Crystal Park  
Arlington, Virginia 22202 U.S.A.  
Telefone: (703) 305-9300  
<http://www.uspto.gov>

---

### OUTROS SITES IMPORTANTES NA INTERNET

U.S. Department of State  
[Departamento de Estado dos Estados Unidos]  
Bureau of Economic and Business Affairs  
[Escritório de Assuntos Econômicos e Comerciais]  
Office of Trade Policy and Programs  
[Escritório de Política e Programas Comerciais]  
2201 C Street, N.W.  
Washington, D.C. 20520 U.S.A.  
Telefone: (202) 647-1310  
<http://www.state.gov/www/issues/economic>

U.S. Library of Congress  
[Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos]  
United States Copyright Office  
[Escritório de Copyright dos Estados Unidos]  
101 Independence Ave., S.E.  
Washington, D.C. 20540 U.S.A.  
Telefone: (202) 707-8350  
<http://lcweb.loc.gov/copyright>

U.S. House of Representatives  
[Câmara dos Deputados dos Estados Unidos]  
Internet Law Library  
[Biblioteca de Legislação na Internet]  
<http://law.house.gov>

World Trade Organization (WTO)

[Organização Mundial do Comércio] (OMC)  
<http://www.wto.org/wto/intellect/intellect.htm>

World Intellectual Property Organization (WIPO)  
[Organização Mundial de Propriedade Intelectual] (WIPO)  
<http://www.wipo.org/eng/newindex/index.htm>

Intellectual Property Reference Library Reference Collection  
[Acervo de Referências Sobre Propriedade Intelectual em Bibliotecas]  
Government Agencies World Wide  
[Órgãos Governamentais no Mundo Inteiro]  
[http://www.servtech.com/~mbobb/ref\\_govt.htm](http://www.servtech.com/~mbobb/ref_govt.htm)

Franklin Pierce Law Center  
[Centro de Legislação Franklin Pierce]  
Intellectual Property Web Pointers  
[Indicações Sobre Propriedade Intelectual na Web]  
<http://www.fplc.edu/pointbox.htm>

Intellectual Property Law Society, Temple University  
[Sociedade de Legislação Sobre a Propriedade Intelectual]  
<http://www.temple.edu/ipls>

**Harvard Information Infrastructure Project**  
[Projecto de Infra-Estrutura de Informação de Harvard]  
<http://www.ksg.harvard.edu/iip>

**Center for Advanced Study and Research on Intellectual Property, University of Washington**  
[Centro de Estudos Avançados e Pesquisa Sobre Propriedade Intelectual, Universidade de Washington]  
<http://www.law.washington.edu/~casrip>

**Copyright and Fair Use, Stanford University Libraries**  
[Copyright e Uso Adequado, Biblioteca da Universidade de Stanford]  
<http://fairuse.stanford.edu/>

**Hal R. Varian's "The Information Economy" Web site**  
[Website de Hal R. Varian sobre "A Economia da Informação"]  
[http://www.sims.berkeley.edu/resources/infoecon/Intellectual\\_Property.html#general](http://www.sims.berkeley.edu/resources/infoecon/Intellectual_Property.html#general)

**International Intellectual Property Alliance**  
[Aliança Internacional de Propriedade Intelectual]  
<http://www.iipa.com>

**Business Software Alliance**  
[Aliança de Software Comercial]  
<http://www.bsa.org>

**Electronic Frontier Foundation**  
[Fundação da Fronteira Eletrônica]  
[http://www.eff.org/pub/Intellectual\\_property](http://www.eff.org/pub/Intellectual_property)

---

## MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL

---

- Beier, Friedrich-Karl and Gerrick Schricker. *From GATTS to TRIPS: The Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*. New York: John Wiley & Sons, 1996.
- D'Amato, Anthony (ed.) and Doris Estelle Long. *International Intellectual Property Anthology*. Cincinnati, Ohio: Anderson Publishing Company, 1997.
- Dorr, Robert C. and Christopher H. Munch. *Protecting Trade Secrets, Patents, Copyrights, and Trademarks: 1997 Cumulative Supplement*. New York: Panel Publishers/Aspen Law & Business, 1997.
- Elias, Stephen. *Patent, Copyright, and Trademark: A Desk Reference to Intellectual Property Law*. Berkeley, California: Nolo Press, 1997.
- Epstein, Michael A. *Modern Intellectual Property*. New York: Panel Publishers/Aspen Law & Business, 1995.
- Hurley, Deborah and Hal Varian (eds). *Internet Publishing and Beyond: The Economics of Digital Information and Intellectual Property (publication of the Harvard Information Infrastructure Project)*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1998.
- Kahin, Brian and Charles Nesson (eds). *Borders in Cyberspace: Information Policy and the Global Information Infrastructure (publication of the Harvard Information Infrastructure Project)*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997.
- Kurz, Raymond A. et al. *Internet and the Law: Legal Fundamentals for the Internet User*. Rockville, Maryland: Government Institutes, Inc., 1996.
- Leaffer, Marshall A. (ed). *International Treaties on Intellectual Property*. 2nd ed. Washington, D.C.: Bureau of National Affairs, 1997.
- Ludlow, Peter. *High Noon on the Electronic Frontier: Conceptual Issues in Cyberspace*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1996.
- Mansfield, Edwin. *Intellectual Property Protection, Foreign Direct Investment, and Technology Transfer*. (IFC discussion papers, No. 19). Washington, D.C.: The World Bank, 1994.
- Price Waterhouse EMC Practice and Price Waterhouse World Technology Center. *Entertainment, Media, and Communications Technology Forecast: 1998*. Menlo Park, California: Price Waterhouse World Technology Center, 1997.
- McCarthy, J. Thomas. *McCarthy's Desk Encyclopedia of Intellectual Property*. 2nd ed. Washington, D.C.: Bureau of National Affairs, 1996.
- Rosenoer, Jonathan. *Cyberlaw: The Law of the Internet*. New York: Springer-Verlag, 1996.
- Schechter, Robert E. (ed.). *Selected Intellectual Property and Unfair Competition: Statutes, Regulations, and Treaties 1995*. St. Paul, Minnesota: West Group, 1995.
- Sherwood, Robert M. *Intellectual Property and Economic Development*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1992.
- United States Congress. House. Committee on the Judiciary. *WIPO Copyright Treaties Implementation Act; And Online Copyright Liability Limitation Act: Hearing before the Subcommittee on Courts and Intellectual Property*. 105th Congress, 1st Session, 16, 17 January 1997.
- United States Information Infrastructure Task Force, Working Group on Intellectual Property Rights. *Intellectual Property and the National Information Infrastructure*. Washington, D.C.: U.S. Patent and Trademark Office, 1995.
- United States Library of Congress, Copyright Office.

*Report on Legal Protection for Databases: Report of the Register of Copyrights.* Washington, D.C.: U.S. Copyright Office, 1997.

Webster, Andrew and Kathryn Packer (eds.). *Innovation and the Intellectual Property System.* Cambridge, Massachusetts: Kluwer Law International, 1996.

World Intellectual Property Organization. *Introduction to Intellectual Property: Theory and Practice.* Cambridge, Massachusetts: Kluwer Law International, 1996. □

---

---

# GLOSSÁRIO DE TERMOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

---

**Convenção de Berna:** O tratado multinacional de 1886 sobre a proteção do copyright assinado em Berna, Suíça; o nome oficial do tratado é União Internacional Para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas [The International Union for the Protection of Literary and Artistic Works]. Antes da Conferência de 1996 da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO) [1996 World Intellectual Property Organization (WIPO) Conference], a Convenção de Berna foi revisada em 1914, 1928, 1948, 1967, e 1971. A convenção garante os direitos morais de atribuição e integridade, e certos direitos econômicos exclusivos sobre a tradução, reprodução, execução, e adaptação de uma obra. Os Estados Unidos assinaram a Convenção de Berna em 1989.

**Copyright:** Um direito exclusivo conferido por um governo ao criador de obras literárias ou artísticas originais, como livros, artigos, desenhos, fotografias, composições musicais, gravações, filmes, e programas de computador. O copyright tem alcance internacional e garante, ao criador, os direitos de reprodução, derivação, distribuição, execução e exibição. A Convenção de Berna determina que o período de proteção de copyright cubra a vida do autor mais 50 anos. A atual legislação americana de copyright é baseada da Lei de Copyright de 1976 e suas emendas.

**Nomes de Domínio:** Os nomes e palavras que as empresas designam para os seus endereços registrados de sites na Web, como o nome "Forbes" no URL <http://www.forbes.com>. Disputas sobre marcas comerciais ocorrem quando mais de uma firma tenta usar o mesmo nome de domínio, ou quando uma empresa se apodera do nome comercial ou de um produto de outra empresa para o seu URL.

**Sistemas Eletrônicos de Gerenciamento de Copyright:** Tecnologia digital que controla o acesso à informação eletrônica, para proteger os direitos de propriedade intelectual dos proprietários do conteúdo. Vários sistemas eletrônicos de gerenciamento de copyright estão sendo desenvolvidos, incluindo tecnologias de identificação - - marca d'água, impressões digitais e ocultação de dados - - que garantem a autorização do usuário, sistemas de

gerenciamento de cópias em série incorporados a gravadores digitais que determinam se uma fita de áudio digital é protegida por copyright, e novas estratégias de marketing e distribuição cifradas.

**Uso Adequado:** Codificada na Lei de Copyright de 1976, dos Estados Unidos, e freqüentemente usada por acadêmicos, jornalistas, e bibliotecários, a disposição sobre o uso adequado permite o uso limitado de material científico e artístico protegido por copyright para complementar ou ilustrar brevemente um comentário oral ou escrito, crítica literária ou artística, ou material didático. Para determinar se um uso é adequado, quatro fatores devem ser levados em consideração: (1) a finalidade e a característica do uso — se é comercial ou sem fins lucrativos ; (2) a natureza do material protegido por copyright; (3) a quantidade do total da obra utilizado; e (4) o efeito do uso sobre o mercado em potencial — se ou autor vai ou não ser prejudicado na venda do seu trabalho.

**Propriedade Intelectual:** Idéias e expressões criativas da mente humana que possuem valor comercial e recebem proteção legal de um direito sobre a propriedade. Os principais mecanismos legais para proteger os direitos à propriedade intelectual são os copyrights, as patentes, e as marcas comerciais. Os direitos à propriedade intelectual permitem que os proprietários selecionem quem pode acessar e usar a sua propriedade e a protejam contra o uso não autorizado.

**Conferência Diplomática da WIPO de 1996:** A reunião, realizada em dezembro de 1996, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, em Genebra, cujo objetivo foi revisar a Convenção de Berna. Os delegados da conferência elaboraram dois tratados — o Tratado de Copyright da WIPO, que abrange as obras literárias e artísticas incluindo filmes e programas de computador, e o Acordo de Execuções e Fonogramas da WIPO, que abrange música gravada. Cada tratado, se ratificado pelos países-membros, garantirá, para os proprietários do copyright, proteção para a distribuição da sua obra em forma digital. O Tratado de Execuções e Fonogramas é o primeiro acordo global para proteger os direitos de artistas e produtores de gravações contra a pirataria digital das

suas obras.

**Patente:** Uma concessão legal emitida por um governo, que permite que um inventor exclua outros de fazer, usar, ou vender uma invenção que ele reivindique como sua durante o prazo de validade da patente. O Acordo TRIPS determina que o prazo de validade das patentes requeridas após 7 de junho de 1995, seja 20 anos a contar da data do requerimento. Para receber proteção de patente, uma invenção deve exibir matéria patenteável (um processo, máquina ou artigo de fabricação), originalidade, novidade, a característica de não ser óbvia, e utilidade. A legislação atual dos Estados Unidos se baseia no Código de Patentes de 1952]. Como país signatário da Convenção de Paris, de 1883 para a Proteção da Propriedade Industrial, os Estados Unidos pertencem à principal organização baseada em tratado de patentes, a União de Paris.

**Tratado de Cooperação de Patentes:** Um tratado multilateral entre mais de 50 nações que se destina a simplificar o processo de solicitação de um requerente quando este requer uma patente da mesma invenção em mais de uma nação. Administrado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual e em vigor desde 1987, o Tratado de Cooperação de Patentes permite que um inventor faça um único requerimento de patente internacional, além do requerimento principal de patente feito em um país que seja membro do tratado.

**Marca Comercial:** Um nome ou símbolo legalmente registrado que identifica o produto ou serviço de um fabricante ou comerciante e o distingue de outros produtos e serviços. Todos os ícones, nomes de empresas, nomes de marca, e embalagens podem ter proteção de marca comercial. Os proprietários das marcas comerciais têm o direito de impedir outros de usar a mesma marca, ou outra marca similar que dê margem a confusão, mas não podem impedir ninguém de fabricar ou vender as mesmas mercadorias com uma marca que não dê margem confusão. A atual legislação americana é baseada na Lei Lanham de 1946. Essa lei também incorpora as obrigações dos Estados Unidos referentes a marcas comerciais de acordo com a Convenção de Paris.

**Tratado da Lei de Marca Comercial:** Um tratado internacional que harmoniza e simplifica os requisitos e procedimentos para requerer, registrar, e renovar marcas comerciais, e dá às marcas de serviço o mesmo status legal das marcas comerciais. Adotado por ocasião da Conferência Diplomática da Organização Mundial de Propriedade Intelectual de Genebra em 1994, o tratado entrou em vigor. Até o momento, o Senado dos Estados Unidos ainda não ratificou a Tratado de Marcas Comerciais.

**Acordo TRIPS:** Normas internacionais que tratam dos Aspectos Comerciais dos Direitos à Propriedade Intelectual [Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights] (TRIPS), formuladas na Rodada Uruguai de dezembro de 1993 do GATT. Todos os países membros do GATT concordaram em reescrever suas leis nacionais para que as mesmas ficassem em conformidade com as normas internacionalmente aceitas para a proteção de patentes, marcas comerciais, copyrights, projetos industriais, e segredos comerciais. O acordo TRIPS também estendeu a proteção a áreas tecnológicas como produtos farmacêuticos e programas de computador, que anteriormente se encontravam desprotegidos em muitos países. O prazo geral para a implementação do acordo TRIPS, que entrou em vigor em 1º de julho de 1995, é um ano para os países industrializados; cinco anos para os países em desenvolvimento e países em fase de transição — países cujas economias, anteriormente, eram de planejamento central; e 11 anos para os países menos desenvolvidos.

**WIPO [Organização Mundial de Propriedade Intelectual] (World Intellectual Property Organization):** Órgão especializado das Nações Unidas, com sede em Genebra, criado em 1967, que promove a cooperação internacional na proteção à propriedade intelectual. A WIPO administra várias “União” incluindo a União de Paris e a União de Berna, e outras organizações de tratados, baseadas em tratados multilaterais. A organização também cria leis-modelo para serem adotadas por países em desenvolvimento. Mais de 160 países são membros da WIPO. □

# **Perspectivas** *Econômicas*

*Volume 3*

*Revista Eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos*

*Número 3*

---

---

## **A PROPRIEDADE INTELECTUAL NO MERCADO MUNDIAL**

**PROTEGENDO OS DIREITOS À PROPRIEDADE INTELECTUAL  
NA ECONOMIA GLOBAL**

**O DESAFIO DO COPYRIGHT NA ERA DIGITAL**

**PROPRIEDADE INTELECTUAL NOS PAÍSES EM  
DESENVOLVIMENTO**

---

---

**Maio de 1998**